



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Luíza Fernandes Campos

Serviço Social, Pessoas Idosas e Processos de Envelhecimento:
aproximações à produção científica que relaciona o tema

Brasília-DF
2022

LUÍZA FERNANDES CAMPOS

Serviço Social, Pessoas Idosas e Processos de Envelhecimento:
aproximações à produção científica que relaciona o tema

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título Bacharel em Serviço
Social da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Prof. Dra. Karen Vieira.

Brasília-DF
2022

Luiza Fernandes Campos

Serviço Social, Pessoas Idosas e Processos de Envelhecimento

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) sob orientação da professora Karen Santana.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Karen Vieira

Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dra. Priscilla Maia de Andrade

Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dra. Marlene de Jesus Silva Santos

Universidade de Brasília (UnB)

Brasília - DF
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, pela força espiritual para a realização deste trabalho.

A minha avó Eva, pela minha criação e cuidado, por todas as conversas, e por me ensinar desde cedo a importância do conhecimento, além de me orientar e incentivar em relação aos estudos e a adquirir uma formação profissional; e pela ajuda financeira. A minha mãe, Catarina, por todo o cuidado e incentivo com os meus estudos, e também pelo cuidado especial que sempre teve comigo, pelas conversas e pelos desabafos.

Ao meu filho, Ravi, que no meio desse processo de conclusão de curso veio ao mundo, me trazendo amor e sendo a maior alegria da minha vida, me dando forças para continuar e não desistir.

A minha família, em especial a minha avó Rosa Maria, por me mostrar sempre o caminho do amor e do afeto, e por todo cuidado especial comigo. Ao meu tio Pedro José e minhas tias Júlia e Camila, por todas as conversas e desabafos, e por me incentivarem a buscar sempre o conhecimento. Também as minhas queridas tias, Ana Maria e Elaine, por todas as conversas e pelo apoio emocional e cuidado que sempre tiveram comigo.

A minha irmã, Náthaly, por todos os momentos de alegria e cuidado, e por estar sempre disposta a estar comigo e a escutar meus desabafos. As minhas primas Fernanda e Rafaela, que sempre estiveram presentes na minha trajetória, e pelas conversas, incentivos e companheirismo.

Ao meu namorado e companheiro Matheus, por toda a paciência nesse processo, por todos os desabafos e pelas vezes que me ajudou e esteve comigo, compreendendo meus surtos e meus momentos de tensão e ansiedade.

À minha primeira orientadora, Priscilla Maia, por fazer parte do meu processo inicial do TCC, por me orientar com todo o cuidado e por compreender todas as adversidades que enfrentei nesse processo.

À minha segunda orientadora, Karen Santana, que mesmo iniciando comigo já no meio do processo, foi super cuidadosa e compreensiva, me incentivando sempre a concluir e a não desistir, compreendendo todos os desafios que enfrentei.

À Professora Dr^a Marlene de Jesus, por aceitar fazer parte da minha banca de avaliação, a qual mostrou ser compreensiva e cuidadosa nesse processo. Definindo assim minha banca juntamente com a minha orientadora Karen Santana e a Professora Dr^a Priscilla Maia.

As minhas amigas de curso, Júlia Mendes, Raquel Teixeira, Amanda Duarte, Damaris Inana e Marianna Loiola, que trilharam esse caminho comigo, e juntas nos fortalecemos, choramos, sorrimos, sofremos. As minhas outras colegas de curso, que me proporcionaram momentos de força e de alegria.

Aos meus melhores amigos, Stephani Pingel, Luis Fernando e Bruno Carvalho, por todas as conversas, risos, desabafos, e por estarem comigo nessa caminhada, me dando força e me proporcionando momentos de alegria.

Ao meu pai, Anderson, que apesar de ausências na minha caminhada, nos últimos tempos se tornou mais próximo de mim e do meu filho, me proporcionando momentos de alegria.

Ademais, agradeço a todos que, de alguma forma, me acompanharam nessa jornada, não somente me dando força e motivação, mas me proporcionando bons momentos.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.”

(Albert Einstein)

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as contribuições do Serviço Social em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas a partir da inter-relação dessa temática e como ela tem sido abordado nas produções científicas do Serviço Social, ancoradas no mapeamento e análise em três revistas: *Katálysis*, *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*, por meio da análise qualitativa e sem perder de vista a perspectiva do materialismo histórico dialético que ancora a análise e a intervenção do assistente social. Dentre os resultados foi possível observar que o tema do envelhecimento no Serviço Social foi razoavelmente diversificado e dentre os dilemas éticos que permeia a vida profissional dessa categoria, surgiram alguns tópicos que tem sido trabalhados, a saber: garantia de direitos, representação social do cuidado e do cuidador, sabedoria atribuída a velhice, o envelhecimento dentro do capitalismo e do neoliberalismo, participação e autonomia das pessoas idosas, a questão da sexualidade no envelhecimento, dentre outros. Percebe-se que esse tipo de análise e levantamento é de fundamental importância para aprimorar o debate do envelhecimento no Serviço Social e para compreender quais questões que vem sendo trabalhadas no âmbito profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social, velhice, envelhecimento, política pública e direitos sociais.

ABSTRACT

This final term paper aims to analyze the Social Work contributions taking in view aging and elderly people from the interrelationship of this thematic research and how it has been addressed in Social Work, anchored in the study and analysis in Social Work three journals: *Katálisis*, *Serviço Social & Sociedade* and *Temporalis*, through qualitative analysis, also looking at the perspective of dialectical historical materialism that bases analysis and intervention of social workers. Among the results, it was possible to note that ageing subject in the social work was reasonably diversified and considering the ethical dilemmas of this professional category, some topics have arisen and have been worked on, specifically: the rights assurance, the social representation of caring and of caregiver, the wisdom assigned attributed to old age people, aging within capitalism and neoliberalism, participation and autonomy of elderly people, the sexuality in aging, among others. It can be seen that this type of analysis is essential to improve the debate of aging in Social Work and to understand the issues that have been worked on in the professional field.

Keywords: Social Work, old age, aging, public policy and social rights.

LISTA DE QUADROS

3.1 - Katálysis	38
3.2 – Serviço Social & Sociedade	46
3.3 – Temporalis	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Envelhecimento, população idosa e proteção social	15
1.1 Definição de pessoas idosas e envelhecimento.	15
1.2 Desafios acerca do fenômeno do envelhecimento.	18
1.3 Pessoas Idosas e Proteção Social.	23
CAPÍTULO 2: Serviço Social frente ao processo de envelhecimento e o atendimento da pessoa idosa (breve discussão)	27
2.1 Serviço Social e Envelhecimento: breve diálogo utilizando como propulsora a tese da Suéllen B. Alvez (2014).	28
2.2 O Serviço Social frente às questões do envelhecimento, tais como proteção social, cidadania, inclusão social e violação de direitos da pessoa idosa.	33
CAPÍTULO 3: Das Revistas de Serviço Social e a questão do envelhecimento: alguns aspectos metodológicos e resultados	37
3.1 Katálysis	38
3.2 Serviço Social & Sociedade	46
3.3 Temporalis	52
3.4 Balanço geral dos temas encontrados	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população idosa vem ganhando espaço na sociedade em discussões, debates e pesquisas, tendo em vista o significativo aumento dessa população na sociedade, e o que isso vem e pode vir a representar para a população geral. Dessa forma, alguns fatores sociais acabam sendo englobados e articulados, onde o Estado precisa de intervenções que sejam capazes de suprir as necessidades que essa população vem demandando.

Tendo em vista o conceito de envelhecimento e o significado disso para a sociedade é que o presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do Serviço Social em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas a partir da inter-relação dessa temática e como ela tem sido abordado nas produções científicas do Serviço Social, ancoradas no mapeamento e análise em três revistas: *Katálisis*, *Serviço Social & Sociedade* e *Temporalis*¹. Sendo que, esta é uma profissão que visa promover e garantir direitos por meio de políticas públicas e sociais, e também nesse sentido trabalha com populações vulneráveis, como é o caso da população idosa. Nesse contexto serão analisados periódicos do Serviço Social com o intuito de analisar como está sendo feita a discussão acerca do tema no âmbito dessa profissão.

A escolha desse tema surgiu no âmbito do estágio em Serviço Social realizado no Instituto Hospital de Base do DF e também no Hospital Universitário de Brasília (HUB), por conta do atendimento a inúmeros idosos/as e pela percepção de como essas pessoas são vulneráveis em diversas questões. Também existe o fator da própria profissão de Serviço Social ter vínculo ao tema e ao mesmo tempo esse debate ainda parecer pouco explorado.

O intuito deste trabalho é entender de fato como determinados periódicos do Serviço Social estão abordando esse tema e quais são as suas contribuições nesse sentido. O Serviço Social trabalha com pessoas que estão em situações de vulnerabilidade² e de risco social³, e o envelhecimento vem sendo uma questão

¹ A escolha dessas revistas se deu de forma aleatória, mas também intencional, por serem veículos de comunicação relevantes para o curso, com qualificação Qualis, (*Katalysis* e *Serviço Social & Sociedade*) e a *Temporalis* por se tratar de um veículo de comunicação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) o que por si só já justifica a escolha.

² A despeito de essa terminologia vulnerabilidade e risco social ser mais utilizada na saúde, e ser contrária ao referencial teórico que usamos aqui marxista, optou-se por manter pois é o termo que

importante para a profissão nos últimos anos, pelo seu crescimento. É notável que esse tema está se ampliando, e por isso as profissões que integram o atendimento a esse público precisam aprofundar e reestruturar alguns preceitos de acordo com as novas necessidades da população idosa.

Ou seja, o objeto de pesquisa será trabalhado em cima da produção bibliográfica do Serviço Social sobre a questão do/da Idoso/a e dos processos de envelhecimento. Nesse sentido então, buscará entender de que forma forma a questão dos idosos/idosas e do processo de envelhecimento tem sido apreendido pelo Serviço Social e de como isso tem sido retratado nessas produções.

Dessa forma, dois objetivos específicos estão em pauta, onde o 1) será analisar a emergência da temática dos idosos e do processo de envelhecimento como um desafio à proteção social; 2) apontar a interrelação entre o Serviço Social e a temática dos idosos e do processo de envelhecimento retratando o porque essa temática é da profissão.

Sobre a metodologia ela será melhor explicitado no capítulo 3 dessa monografia: Das revistas de Serviço Social e a questão do envelhecimento: alguns aspectos metodológicos e resultados. Mas importante ressaltar de pronto que se trata de uma pesquisa qualitativa, em que a escolha das revistas foi aleatória, mas ao mesmo tempo intencional (vide nota de rodapé 1) e em que a análise dos dados com muito cuidado e em profundidade foi realizada com bastante perícia. Ademais, sempre tivemos em mente a compreensão do trabalho dos assistentes sociais a partir do seu referencial ético e político ancorado no materialismo histórico e dialético, enquanto perspectiva de análise da realidade e das questões éticas e políticas.

Desse modo, escolher essa perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético é compreender que os objetivos do trabalho saem da aparência fenomênica para buscar a essência dela, assim, não tendo uma relação de neutralidade. Ademais, uma pesquisa nunca é imutável, devido as contradições societárias, podendo haver diversas mudanças , refutações, hipóteses no decorrer

mais aparece no tema do envelhecimento. No termo marxista seria melhor pessoa em situação de pobreza e desigualdade social.

³ Mesma situação da nota 1.

da história. Assim, a teoria tem uma instancia de verificação de sua verdade, instancia que é pratica social e histórica (NETTO, 2011)⁴

É importante ressaltar também que todas as questões éticas foram consideradas, a despeito de aqui se tratar de um estudo apenas bibliográfico e sem lidar diretamente com uma intervenção (direta) com seres humanos.

O trabalho será dividido em 3 capítulos, onde o primeiro terá o cunho de referencial teórico acerca do tema, onde será resgatado os principais tópicos de abordagem, começando pela própria definição de pessoas idosas e do envelhecimento, depois passando pelos desafios dessa população, e finalizando no debate acerca da Proteção Social.

O segundo retratará o Serviço Social frente a essa temática e como tem sido feita essa relação da profissão com o tema. Assim será feita uma breve discussão acerca disso, e também como é realizado o atendimento para com essa população por parte do Serviço Social.

Por fim, o terceiro e último capítulo abordará justamente a pesquisa feita em torno da produção bibliográfica do Serviço Social em um período determinado de 10 anos (2009 a 2019), que resgatará os artigos sobre o tema, e estão inseridos dentro de 4 periódicos, que são: Katálysis, Serviço Social & Sociedade, SER Social e Temporalis. O objetivo aqui é analisar quantos artigos que de alguma maneira abordam esse tema serão encontrados, e quais são as principais discussões retratadas em torno disso.

⁴ NETTO. Jose Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. Expressão Popular. São Paulo, p. 10-62, 2011.

CAPÍTULO 1:

Envelhecimento, população idosa e proteção social.

1: Envelhecimento, população idosa e proteção social.

O objetivo deste primeiro capítulo é fazer um levantamento bibliográfico geral acerca do tema do envelhecimento, velhice e pessoas idosas, na intenção de resgatar informações necessárias para o entendimento do trabalho. Será iniciado pelo tópico da definição de pessoas idosas e envelhecimento, depois abordará os desafios acerca do fenômeno do envelhecimento, e por fim concluirá com a questão das pessoas idosas e proteção social.

O intuito principal é entender e analisar as principais definições sobre a temática, e descobrir como se efetiva a garantia de direito das pessoas idosas, demonstrando dados e legislações, como na Constituição de 1988, na Organização Mundial de Saúde (OMS), no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a Gerontologia, o Estatuto do Idoso e o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Também terá o resgate de textos com alguns autores e autoras, os quais abordam questões bastante relevantes para o presente trabalho.

1.1 Definição de pessoas idosas e envelhecimento.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) as pessoas idosas são aquelas com idade igual ou superior a 60 anos; isso se tratando do Brasil, que é um país em desenvolvimento, pois nos países desenvolvidos essa idade aumenta para 65 anos. O envelhecimento vem se tornando ao longo dos anos um tema complexo, principalmente pelo fato de que a população idosa está crescendo mundialmente e isso acarreta em diversas mudanças na sociedade.

Segundo a ONU no Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento (2002) “o mundo está no centro de uma transição do processo demográfico única e irreversível que irá resultar em mais populações idosas em todos os lugares”. O ponto de partida de abordagem desse tema foi quando a Assembleia Geral convocou a primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento no ano de 1982, onde surgiu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, plano este que foi:

“o primeiro instrumento internacional sobre o envelhecimento e fornece uma base para a formulação de políticas e programas sobre o envelhecimento. Foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1982 (resolução 37/51), tendo sido adotada no mesmo ano na Assembleia Mundial do Envelhecimento em Viena, Áustria. Inclui 62 recomendações para ações de pesquisa, coleta e análise de dados, treinamento e educação, bem como as seguintes áreas setoriais: saúde e nutrição, proteção de consumidores idosos, habitação e meio ambiente, família, bem-estar social, segurança de renda e emprego e Educação.” (ONU, 1982).

Com o objetivo de desenvolver uma política internacional do envelhecimento para o século XXI, a Assembleia adotou uma Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid. Esse Plano de Ação “pedia mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI. Suas recomendações específicas para ação dão prioridade às pessoas mais velhas e desenvolvimento, melhorando a saúde e o bem-estar na velhice, e assegurando habilitação e ambientes de apoio”. (Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, (ONU, 2002).

Tendo isso como ponto de partida, a temática do envelhecimento atualmente é muito ampla, porque além de ser algo que nos define, vem cada vez mais chamando a atenção das pessoas pelo próprio contexto societário atual de aumento da população de pessoas idosas. Ou seja, a expectativa de vida está muito maior, caracterizando um grande avanço societário e sendo um reflexo de diversos fatores, como biológicos, sociais, culturais e etc., que nesse sentido vem trazendo mudanças significativas na nossa sociedade contemporânea.

Izabel (2009), destaca a diferenciação entre o envelhecimento humano, que seria algo inerente à todas as pessoas enquanto um processo natural da vida que se associa a fatores biológicos, psicológicos e sociais; e o envelhecimento populacional, que seria uma espécie de fenômeno social emergido através de transformações e mudanças societárias, de cunho econômico, social e cultural, as quais alteraram a composição etária da população. Essa diferenciação é importante para atribuir especificidades sócio históricas e para tratar com efetividade peculiaridades seja do envelhecimento no seu próprio processo individual, seja enquanto um fenômeno social.

O envelhecimento é e vem sendo cada vez mais um tema desafiador, isso porque há um leque de compreensões acerca do assunto e também porque afeta o indivíduo e a sociedade como um todo. A procura dessas compreensões vem possibilitando a abertura e o surgimento de teorias capazes de explicar fenômenos do envelhecimento, e nesse sentido ampliando disciplinas e cursos interessados em tais fenômenos. Dessa forma, o interesse pelo assunto ultrapassa as fronteiras das Ciências Biológicas e da Saúde e passa a despertar o interesse também das Ciências Sociais. (PESSOA, 2009, p.29).

Existe atualmente um termo fundamental para o tema do envelhecimento, que é a Gerontologia; sendo por sua vez o estudo do envelhecimento em âmbitos biológico, psicológico, social, e etc., onde atuam profissionais de diferenciadas áreas do conhecimento como por exemplo a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, dentre outros, adquirindo um olhar multidisciplinar para o tema do envelhecimento e da velhice a partir de cada área original de conhecimento (PESSOA, 2009, p.). Ou seja, é uma área específica para o atendimento às pessoas idosas contemplando diversas profissões, que juntas realizam um trabalho de implementação de cuidados necessários no processo de envelhecimento das pessoas.

Segundo a OMS (2015), as mudanças que ocorrem no processo de envelhecer têm um caráter diverso, a começar no nível biológico, que determina a presença de danos moleculares e celulares, os quais levam a perdas fisiológicas, à contração de doenças e em última instância ao falecimento, sendo fatores estes inerentes à humanidade. Além desse nível, existem outros, como as mudanças em papéis sociais, a exemplo de encontrar novas maneiras de realizar tarefas, tendo em vista a perda de determinadas funcionalidades. Isso demonstra então, um leque de possibilidades no estudo das pessoas idosas, onde:

“Ao desenvolver uma resposta de saúde pública ao envelhecimento é importante não só considerar as abordagens que melhoram as perdas associadas à idade mais avançada, porém também as perdas que podem reforçar a capacidade de resistência e o crescimento psicossocial” (OMS, 2015, p. 12).

É importante entender que a população idosa não está inserida em um contexto único, então se faz necessário reconhecer as dificuldades de definição do que vem a ser essa população. Essas dificuldades acontecem porque não existe

claramente uma especificidade de fim da vida adulta para começo da etapa final, mesmo existindo uma idade (60 anos) concreta estabelecida em lei. Nesse sentido, mesmo existindo processos biológicos, físicos, mentais, papéis sociais e etc., também existem condições econômicas, sociais, culturais, de gênero, de raça/etnia que podem caracterizar essa etapa final. Ou seja, a depender de determinados fatores, algumas pessoas podem se incluir nesta última etapa mesmo ainda não tendo 60 anos, ou uma pessoa maior de 60 anos pode estar vivendo equiparadamente ainda à vida adulta. Essa heterogeneidade das trajetórias de vida das pessoas acabam por trazer também distintas demandas de políticas públicas (CAMARANO, 2006, p. 1).

1.2 Desafios acerca do fenômeno do envelhecimento.

O Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (2015) estruturado pela OMS desenvolveu determinadas respostas aos desafios que o fenômeno do envelhecimento vem trazendo, recomendando mudanças profundas em relação às maneiras de formulação e de implementação das políticas de saúde e também aos serviços prestados. O relatório retrata que muitas abordagens que falam sobre o envelhecimento ainda têm base em estereótipos já ultrapassados. Nesse contexto aponta que este fenômeno não está associado apenas à idade cronológica, mas sim a diversificados fatores, onde as pessoas idosas não podem ser unicamente tipificadas, pela existência de pontos que diferenciam umas de outras independente de a idade ser igual ou próxima.

O processo de envelhecer pode e deve ser considerado enquanto uma oportunidade para os indivíduos e para a sociedade em geral, tendo em vista que o envelhecimento saudável está muito além de ser a ausência de doenças, mas sim uma plena cidadania que tenha estruturas específicas e políticas focadas para um melhor proveito desse fenômeno. Em linhas gerais, é necessário transformações nas políticas e na maneira de se fazer essas políticas, não obtendo um caráter de apenas prevenção e cura de doenças, mas de construir um mundo a favor das pessoas idosas, que ao contrário do que visões ultrapassadas dizem, essas pessoas ainda têm habilidades funcionais, e que precisam ser levadas em consideração (OMS, 2015, p. 3 e 4).

O relatório mencionado acima abrange algumas reflexões acerca do envelhecimento apontando a vida longa enquanto algo de grande valor, ou seja, viver mais é para ser visto enquanto uma conquista. Nesse contexto, aponta a necessidade de repensar as etapas da vida, que parecem ter um roteiro (infância, fase de estudos, trabalho e aposentadoria), assumindo a velhice enquanto uma espera do fim da vida, e não enquanto um momento que deveria ser talvez o mais proveitoso (OMS, 2015, p. 5). Nesse contexto, o envelhecimento é um tema que abrange muito das políticas e muito da saúde pública, mesmo tendo o debate enquanto insuficiente e limitado, pois é uma ação urgente, e a velhice não somente é o agora de muitas pessoas, mas o futuro de todas as outras.

As mudanças nas percepções de saúde e envelhecimento devem ser consideradas e apreendidas rapidamente, pois existe um caráter muito amplo no funcionamento do envelhecimento, já que ele não é igual para as pessoas. Uma pessoa de 80 anos pode ter capacidades físicas e mentais que uma pessoa de 60 anos já não têm, ou seja, é tudo muito relativo, e é por isso que as políticas e os programas precisam considerar fatores amplos no fenômeno da velhice; que seja então capaz de conciliar diferentes ênfases e abordagens, inclusive quebrando limites em relação à participação social (OMS, 2015, p. 6-7). Hoje em dia, por exemplo, é possível vivenciar pessoas idosas entrando em faculdades e cursos, em busca de um novo sentido da vida, e em busca de se sentir parte da sociedade, das mudanças e das novidades.

O Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (2015) retrata que a idade avançada não implica em dependência, pois mesmo que as pessoas idosas não possam ser tipificadas, existem estereótipos que a definem enquanto dependentes e enquanto um fardo, reforçando assim a discriminação etária. Essa discriminação se dá de maneira muito generalizada, desaguando em uma suposição de que as pessoas mais velhas são de fato um fardo para a economia e para a sociedade. Esses estereótipos deveriam ser também ultrapassados, já que existem diversificados dados de diferentes países que apontam a contribuição de pessoas idosas para a economia e para a sociedade como um todo.

Alguns exemplos que o relatório em questão aponta é de pesquisas feitas No Reino Unido em 2011, onde as pessoas mais velhas contribuíram cerca de 40 milhões, e que em 2030 esse valor aumentará para 77 bilhões; outra pesquisa desenvolvida na Quênia demonstra que a idade média de contribuição de pequenos

agricultores ultrapassa 60 anos; outra mostra que na Zâmbia, a cada 3 mulheres de idade avançada, 1 delas são principais fornecedoras de cuidados aos netos em decorrência da epidemia de HIV, onde muitos pais e mães morreram, ou em decorrência de migrações em busca de trabalho (OMS, 2015, p. 8). É nesse sentido então que a política deve ser moldada, contribuindo para acabar com estereótipos e então avançar em relação ao fenômeno do envelhecimento.

É importante considerar o envelhecimento enquanto um fenômeno heterogêneo que em si contempla padrões, valores, expectativas, princípios e normas diferenciadas entre as pessoas (SANTOS, CORTES, 2007, p.222 apud PASCHOAL, 2004). Este cenário demonstra que as condições socioeconômicas também vão estar presentes na vida de idosos e idosas, pelas suas próprias trajetórias de vida, que incluem a condição social, ter casado, ter tido filhos, ter tido um emprego formal, ter contribuído com a Seguridade Social, dentre outros fatores (CAMARANO, 2006, p. 2).

“Um elemento-chave para a formulação de políticas passa a ser, então, a diferenciação entre as capacidades/incapacidades internas do segmento populacional idoso e as restrições externas” (CAMARANO, 2006, p. 2).

A diversidade na população de pessoas idosas não é somente de caráter individualista, pois o envelhecimento afeta a vida das pessoas de diferentes formas. É necessário entender que fatores como a desigualdade e a pobreza influenciam direta e indiretamente no processo do envelhecimento. Ou seja, existe uma gama de estruturas que explicam fatos da velhice, e de como ela pode ser diferente para cada pessoa. É muito mais fácil enxergar o envelhecimento enquanto algo bom quando se tem uma aposentadoria suficiente, quando se tem apoio familiar, quando se tem condições de tratar determinadas doenças, e de então poder ter vivências inovadoras.

Agora pensar no envelhecimento em situações precárias, com aposentadorias baixas, sem apoio familiar ou sem família, em situação de pobreza, de não conseguir curar doenças e etc., é muito mais complicado de ser visto enquanto algo bom e enquanto conquista. As políticas então nesse sentido não precisam somente ser repensadas e reestruturadas de acordo com o processo do envelhecimento, mas de acordo com todas as condições necessárias para se ter um

envelhecimento digno, de forma a superar essas injustiças. A política não pode ser voltada apenas para as pessoas idosas que têm condições, mas para todas as pessoas idosas. E assim, esse fenômeno gera mais ainda um debate amplo, diversificado e também complexo, o qual necessita de muita articulação e desenvolvimento.

Outro ponto que também se mostra enquanto um desafio é que em uma sociedade de classes que pressupõe toda uma estrutura de desigualdades, não podem ser desconsideradas algumas questões que afetam diretamente à vida das pessoas, e nesse contexto, a vida das pessoas idosas. Entende-se então que o envelhecimento ocorre para as pessoas de formas distintas, considerando não somente as condições de vida, mas também o gênero e a raça/etnia.

Tendo em vista que pessoas negras estão inseridas majoritariamente em condições de classe subalternizada e empobrecida, significa que vivenciam questões como o desemprego, o subemprego e trabalhos informais, assumindo assim um caráter vulnerável muito mais intenso. Muitas vezes - senão na maioria - essas pessoas não conseguem se aposentar e envelhecem empobrecidos e empobrecidas. Mesmo as pessoas que conseguem aposentadoria ou algum benefício social, é por vezes um valor tão insuficiente - até porque pessoas idosas podem necessitar de gastos a mais com remédios e cuidados - que por vezes não conseguem se sustentar e também entram em condição de pobreza.

É claro que pessoas brancas também passam por questões similares, que no caso são relacionadas à pauperização, porém não é exorbitante como no caso das pessoas negras, que ainda vivenciam discriminações e preconceitos, fortemente conectados com a formação da sociedade brasileira, construída e perpassada por um caminho de escravidão e de violência.

Camarano (2006), aponta que a população negra e a branca trazem forte representatividade na população idosa, onde há percentuais que apresentam proporção mais elevada de brancos e brancas do que pretos/as e pardos/as. Ainda uma distinção maior entre mulheres, onde em relação aos homens, as mulheres idosas têm proporções disparadamente menores de pretas e pardas do que de brancas, demonstrando assim a mortalidade por cor/raça e ainda por gênero. Isso remete à reflexão sobre quem está de fato envelhecendo.

É importante assim compreender que o envelhecimento não é um fenômeno a parte da sociedade, tendo em vista que ele se desenvolve juntamente com outras

mudanças sociais. Mudanças na urbanização, na desregulamentação dos trabalhos, na previdência, na saúde, na assistência, nos enfoques de raça/etnia e de gênero, na tecnologia, e etc. (OMS, 2015, p. 10). Ou seja, é tudo parte de um todo, e todas as esferas devem ou deveriam estar articuladas, enquanto um processo próprio de transformações societárias.

Se analisarmos por exemplo o enfoque de gênero, vemos uma gama de interferências no envelhecimento, pela estrutura social de um modelo patriarcal, onde as mulheres foram colocadas (e ainda são) em espaços vinculados ao cuidado, seja dentro de casa ou fora; onde apesar de atualmente ter avanços em relação ao mercado de trabalho, ainda são cargos considerados mais baixos ou então os mesmo cargos que os homens, porém com um salário inferior. Assim esses fatores vão influenciar em um maior risco de pobreza, menos acesso à pensão, problemas de saúde, maior risco de abusos, entre outras coisas, que no desenrolar na vida afetam o processo da velhice. (OMS, 2015, p. 10).

Em todas as regiões do mundo existe um percentual maior de mulheres idosas do que de homens idosos, existindo assim um processo de feminização do envelhecimento, como bem aponta Silva (2016). A autora aponta ainda que a dinâmica familiar e societária afeta mulheres idosas e homens idosos de maneiras diferentes, sendo que as mulheres idosas estão em condição de desvantagem. Em um sentido mais amplo, todas as mulheres sofrem com a desigualdade de gênero, seja pela questão da violência, seja em relação aos salários inferiores, seja pelo vínculo ao cuidado herdado pela cultura patriarcal, dentre outros. Nesse sentido então, o processo de envelhecimento não se desvincula dessa desigualdade, entendendo que na maioria das vezes pode ser mais difícil para as mulheres.

As mulheres idosas têm mais probabilidade de ficarem viúvas e em situações socioeconômica desvantajosa, justamente por ter um forte percentual de gênero nessa fase da vida.

“Atualmente, a maioria das idosas brasileiras não teve um trabalho remunerado durante sua vida adulta. Além disso, embora vivam mais do que os homens, passam por um período maior de debilitação física antes da morte do que eles” (CAMARANO, 2006, p. 3).

Nesse contexto, além das mulheres apresentarem essas características, também são elas que exerceram e participaram de trabalhos temporários, domésticos, extra domésticos, informais e etc., demonstrando assim o porque a

situação das mulheres na velhice tende a ser mais complicada. Em contraponto, os homens tendem a ter dificuldades no processo de envelhecimento em relação à adaptação à saída do mercado de trabalho (CAMARANO, 2006, p. 3).

A mudança tecnológica também é um interessante fator no processo de envelhecimento, até porque permite um vínculo e uma conexão muito mais fácil e intensa com familiares e amigos que estão distantes (OMS, 2015, p. 11). Também possibilita ser uma espécie de “passatempo” na vida das pessoas idosas, assim como é na vida de jovens e adultos. Isso permite uma interação de gerações, capaz de incluir as pessoas mais velhas em âmbitos recentes e inovadores da vida, e assim de fazê-los se sentir parte do presente e de vivenciar essa mudança.

Essas mudanças supracitadas significam que o envelhecimento precisa de alguma forma acompanhar os processos de transformação social, para que assim seja possível que as pessoas idosas se sintam parte da sociedade, parte da inovação, sintam que podem contribuir e obter uma participação social significativa. E isso precisa acontecer por meio da política, superando modelos sociais ultrapassados, entendo que o futuro é sim limitante, mas que com estruturas inovadoras capazes de lidar com esse processo, as relações intergeracionais e a longevidade da vida vão ganhando um significado muito mais extenso, confortador, estimulante, produtivo, contributivo e eficaz.

1.3 Pessoas Idosas e Proteção Social.

Na Constituição Federal de 1988 têm-se leis que normatizam especificamente os direitos da população idosa, sendo estas a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de em 2003). Diante disso, a proteção social para a população idosa ganha dimensões específicas e significativas, que se articulam ao sistema de seguridade social, que por sua vez é:

“a proteção que a sociedade proporciona, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais, sem a qual poderia provocar o desaparecimento ou uma forte redução da subsistência de seus membros, como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, invalidez, velhice e morte; proteção

também na forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos” (BERZINS; GIACOMIN, CAMARANO; 2016 apud OIT, 1984).

O objetivo da Política Nacional do Idoso (PNI) instituída em seu Artigos 1º têm como base principal:

“assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994).

Nesse sentido, a PNI agrega a questão de envelhecer tendo qualidade de vida, que por sua vez é um reflexo da cidadania. Ou seja, é uma política com o intuito de normatizar e efetivar direitos das pessoas idosas, demonstrando que são de fato uma população que necessita da adesão de determinados cuidados e de inserção em relação à participação social.

O Estatuto do Idoso (2013) discorre sobre todo um arcabouço relacionado aos direitos da população idosa, tendo alguns direitos fundamentais, a exemplo do direito à vida, do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. O Estatuto propõe que:

“O envelhecimento é um direito personalístico e a sua proteção, um direito social, e é dever do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde mediante a efetivação de políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade” (BRASIL, 2013, p. 6).

Existem duas leis modificadas no Estatuto, sendo estas a Lei 13.466/17, que assegura uma prioridade especial aos idosos/as acima de 80 anos; e a Lei 13.535/17, com finalidade a apoiar a abertura da educação superior para pessoas idosas e assim

“incentivar a publicação de livros e periódicos, de conteúdo padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual” (BRASIL, 2018).

A longevidade da população carrega em si diversos desafios, tendo por base que em um futuro próximo a quantidade de idosos será igual ou superior a de

crianças e jovens. Nesse sentido temos o envelhecimento enquanto um momento de novas perspectivas, levando em consideração as próprias condições de vida, já que existem grandes parcelas da sociedade em âmbitos sociais desfavoráveis de subalternização e pobreza. (BRASIL, 2013, p. 5-6).

O processo de envelhecimento por abarcar uma heterogeneidade de fatores que definem diferentes segmentos da vida de idosos/idosas de acordo com suas trajetórias, indica que determinada parcela dessa população necessita de algum tipo de proteção social. Isso acontece em decorrência de insuficiência de renda e da falta de autonomia para lidar com determinadas esferas cotidianas. Dessa forma, entra em vigor no presente trabalho a previdência e a assistência social, sendo estas políticas que geram rendas (CAMARANO, 2006). Também como política pública de proteção social entra em vigor a saúde, determinando assim o tripé da seguridade social (previdência, saúde e assistência) e outras políticas como de “cuidados”, habitação, transporte e etc.

A política de previdência social está intrinsecamente vinculada ao mercado de trabalho, pois têm como objetivo cobrir incapacidades de trabalho que venham a surgir, sendo assim a principal fonte de renda da população idosa (CAMARANO; FERNANDES; 2016, p. 265).

“Os trabalhadores do setor privado são cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os servidores públicos pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos entes federados aos quais se encontram vinculados. O Ministério da Previdência Social (MPS) formula e acompanha a política previdenciária do RGPS. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada ao MPS, operacionaliza a concessão e a manutenção dos benefícios.” (CAMARANO, 2006, p. 10).

A aposentadoria - seja por tempo de contribuição, idade ou invalidez - e as pensões por morte são os principais benefícios da previdência social. O tempo de contribuição por idade é viabilizado para 65 anos de idade para homens e 60 anos para mulheres. Já por tempo de contribuição é de 35 anos para homens e de 30 anos para mulheres. Já a aposentadoria por invalidez pode ser inferida em qualquer momento da vida, por meio de auxílio-doença ou por qualquer outra razão que permita considerar a incapacidade para o trabalho. O perfil de benefícios pagos à idosos do sexo masculino está em maior porcentagem na aposentadoria por tempo

de contribuição; já o perfil das mulheres idosas a maior porcentagem é na aposentadoria por idade, que por sua vez é um benefício de valor inferior. Isso se demonstra enquanto um reflexo da baixa participação de mulheres do mercado de trabalho (CAMARANO, 2006, p. 11).

A pensão por morte também acaba beneficiando em larga escala a população idosa, visto que de acordo com Camarano (2006):

“[...] é paga aos dependentes dos indivíduos segurados em gozo de benefício ou ainda em atividade. Apesar de o número de pensões por morte em manutenção não estar disponível por idade do beneficiário, é razoável supor que a grande maioria desses benefícios é paga a idosos, mais especificamente a idosas. Os idosos absorveram, em média, 46% dos benefícios desse tipo pagos entre 1995 e 2003” (CAMARANO, 2006 apud Camarano et alii, 2005).

A previdência tem então um caráter de proteção social com vistas ao amparo dos indivíduos em decorrência de mortes, perdas, invalidez e etc., dependendo também de fatores sociais, econômicos e políticos, obtido através da característica de vínculo contributivo. (CAMARANO, FERNANDES, 2016 p. 286).

CAPÍTULO 2

Serviço Social frente ao processo de envelhecimento e o atendimento da pessoa idosa (breve discussão).

CAPÍTULO 2

2: Serviço Social frente ao processo de envelhecimento e o atendimento da pessoa idosa (breve discussão).

Este capítulo tem por objetivo dialogar o papel do Assistente Social fazendo um breve panorama da sua intervenção na questão do envelhecimento. Este diálogo será dividido em 2 partes:

Na primeira parte será feita uma espécie de resenha de determinados tópicos abordados em uma dissertação de mestrado apresentada em 2014, pois não há tantos trabalhos referenciais acerca do tema, e este além de ser de pós-graduação, apresenta características bem específicas e que serão propulsoras para este presente trabalho. A dissertação utilizada nessa primeira parte é da Suéllen Bezerra Alvez apresentado no ano de 2014 e o tema é “SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: estudo dos fundamentos teórico políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil”.

Na segunda parte será utilizado um livro recentemente escrito no ano de 2020 cujo título é “Serviço Social e Envelhecimento”, o qual foi escrito por diferentes autores e que têm como organizadora a Solange Maria Teixeira, docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e da graduação em Serviço Social da UFPI. É um livro grande que contém 387 páginas, então para este trabalho será feita uma seleção de alguns elementos do que será mais relevante e que acrescentará melhor a esta monografia. Ao final será realizada algumas considerações de acordo com a autora Potyara Pereira (2007) sobre contribuições e desafios da profissão.

2.1 Serviço Social e Envelhecimento: breve diálogo utilizando como propulsora a tese da Suéllen B. Alvez (2014).

A intenção neste presente tópico é fazer uma análise das concepções sobre o envelhecimento na produção de conhecimento do Serviço Social, baseada na dissertação da Alvez (2014), a qual investiga justamente essa questão. A autora faz o levantamento de que projetos e programas dentro do Serviço Social não oferecem de fato uma abordagem que atenda às reais necessidades das pessoas idosas, e

que nesse contexto esses elementos desses programas e projetos não são suficientes para a compreensão do fenômeno do envelhecimento, provocando assim o desejo de investigar essa produção de conhecimento e suas características enquanto perspectivas dentro da profissão.

“O crescimento da pesquisa nesse campo indica para o Serviço Social a necessidade de se conhecer o que está sendo pesquisado, discutido e disseminado nessas produções, contribuindo com uma perspectiva que vai além da informação sobre práticas sociais, processos de trabalho, demandas e respostas profissionais. Analisar a fundamentação teórica e o posicionamento político dos trabalhos sobre velhice na produção de conhecimento da pós-graduação em Serviço Social possibilitará o fortalecimento da direção crítica nos estudos sobre envelhecimento humano, bem como a compreensão das bases que norteiam as pesquisas no campo da Gerontologia. A produção de conhecimento no Serviço Social poderá revelar ainda os posicionamentos assumidos por assistentes sociais na compreensão sobre a realidade dos velhos, revelando sua vinculação com a defesa do projeto éticopolítico profissional” (ALVEZ, 2014, p. 19).

O envelhecimento e as pessoas idosas foram desde o início objeto de intervenção do Serviço Social, tendo em vista que o viés da profissão se aproximaria com a temática em questão, pois com o aumento do número de pessoas idosas, passam a surgir demandas, as quais exigem compreensão e intervenção. E nesse sentido o Serviço Social tendo como referência seus projetos ético-políticos, a luta pela defesa de direitos e os movimentos de redemocratização, passa a qualificar as ações profissionais, que acabam por associar-se à longevidade, atendendo assim “solicitações protestadas pelos velhos trabalhadores” (ALVES, 2014, p.59).

No momento em que o fenômeno do envelhecimento e suas abordagens e características passam a exigir a intervenção do Estado é que o Serviço Social passa a dialogar com a questão velhice, sendo solicitado a intervir em demandas de cuidados e proteção às pessoas idosas, levando em conta a indigência, negligência e abandono que refletem na realidade de muitas dessas pessoas. Assim, os cuidados às pessoas idosas passam a exigir determinadas necessidades para além de cuidados medicinais (ALVES, 2014, p.61).

“No contexto da redemocratização brasileira, a articulação dos movimentos sociais com a luta pelo direito à velhice e à aposentadoria no início da década

de 1980 possibilitou maior visibilidade à questão do envelhecimento da classe trabalhadora. O Serviço Social se encontrava em um momento de reconstrução das suas funções, da sua intervenção e dos seus objetivos enquanto profissão: por um lado, o currículo de 1982 incentivava a construção de um novo perfil profissional, estimulando a participação dos assistentes sociais nos movimentos populares, o que abriu espaço para inserção profissional nos movimentos sociais que se expandiram naquele período; e, por outro, a expansão das políticas no campo dos direitos dos velhos empregou vários assistentes sociais, que passaram a construir sua intervenção junto à classe trabalhadora. Essas direções foram determinantes para que, aos poucos, a temática da velhice se desenvolvesse no fazer profissional e na produção de conhecimento do Serviço Social.” (ALVES, 2014, p.63-64).

Mesmo o Serviço Social tendo relação de atuação desde o início na questão do envelhecimento, o mesmo acabou por obter por cada vez mais participação a este tema através de intervenções, debates políticos e conquistas que permearam a profissão ao longo do tempo, e com o surgimento de legislações, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), e também a Política Nacional do Idoso (PNI/1995), o que acabou intensificando a participação e a atuação de assistentes sociais principalmente nas políticas sociais de saúde e de assistência social. Esses fatores contribuem para determinar os elementos na produção de conhecimento da profissão (ALVES, 2014, p. 64-65).

Dessa forma, o Serviço Social fica em uma posição de interlocutor da classe trabalhadora também em seu processo de envelhecimento, porém necessita de conhecimentos específicos e que atendam as reais necessidades desse segmento, proporcionando assim, intervenções e determinadas competências, que vão se constituir dentro da própria ética profissional. Tendo isso em vista, e segundo Alvez (2014):

“Apesar dos desafios na articulação com a temática do envelhecimento os assistentes sociais, enquanto categoria profissional, têm se posicionado em conformidade com o projeto ético-político, colocando-se na luta pela defesa e ampliação de direitos desse segmento populacional, o que mostra uma preocupação da categoria com as questões latentes na contemporaneidade. Essa assertiva pode ser evidenciada no discurso atual do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), bem como na incorporação

de um subgrupo temático de pesquisa sobre a questão geracional – velhice pela ABEPSS.” (ALVEZ, 2014, p.65).

Existe também o fato de que os assistentes sociais têm estado presentes em diferentes espaços públicos que retratam e abrangem a questão do envelhecimento, dando um certo segmento importante ao diálogo e ao debate. Assim como Alvez (2014) dá o exemplo das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, e também no Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI) e em vários Conselhos Regionais de Serviço Social. Dessa maneira há uma representatividade da presença da profissão em espaços que garantem e defendem direitos das pessoas idosas, ampliando assim a inter-relação entre o Serviço Social e o envelhecimento.

A profissão ganha então um caráter de posicionamento diante as questões do envelhecimento da classe trabalhadora, e tendo como suporte o projeto ético-político profissional, considera a realidade tanto social como histórica. Junto com as expressões da questão social percebe-se então os problemas que envolvem a velhice no próprio contexto de exploração de classes, assim a perspectivas e as particularidades das pessoas idosas se inserem em um contexto amplo, o qual apesar de existir essa preocupação da profissão com essa classe social, existem também muitos desafios a serem enfrentados (ALVEZ, 2014, p.66-67).

“Portanto, para dar respostas profissionais críticas e éticas às demandas postas pelos trabalhadores velhos, o Serviço Social recorre à apreensão da realidade através de um conhecimento processual. [...] Para não perder o foco do que significa a intervenção do Serviço Social, os profissionais da área têm buscado o preparo teórico, ético-político e metodológico que lhe permitem desvelar e efetivar sua ação nas relações sociais.” (ALVEZ, 2014, p. 68).

É importante destacar aqui que o Serviço Social acaba tendo um caráter privilegiado para construir análises a respeito do envelhecimento, já que é uma profissão subsidiada para fazer leituras críticas da realidade e produzir conhecimento com aporte teórico crítico-dialético. (ALVEZ, 2014, p.68-69). Dessa forma, na dialética do próprio exercício profissional acabam existindo facilidades e inúmeras possibilidades de estudar e compreender o fenômeno do envelhecimento e as questões das pessoas idosas em âmbito social e político.

É também relevante para este presente trabalho um ponto destacado por Alvez (2014), o qual descreve sobre a Revista Serviço Social & Sociedade, sendo esta a primeira revista a assumir uma circulação nacional, e assim sendo um dos meios de difusão da produção de conhecimento da profissão. Nesse sentido, apesar de a revista ter tido sua primeira edição em 1979, somente na década de 1990 que o tema do envelhecimento surgiu com maior abordagem.

“O comparecimento da temática em espaços de publicação importantes para o Serviço Social revela um grande avanço em comparação com a ausência de debate amplo nos períodos anteriores.” (ALVEZ, 2014, p.73).

Há também o destaque de que no ano de 2003 (mesmo ano da promulgação do Estatuto do Idoso) houve uma importante publicação, sendo esta uma edição com o tema de Velhice e Envelhecimento, e que foi resultado de diversos debates acerca do tema, demonstrando assim a emergência de intervenção e produção de conhecimento da profissão com esta temática (ALVEZ, 2014, p.73).

Sendo assim, há de forma analítica a aproximação entre o Serviço Social e a Gerontologia, onde as demandas são solicitadas para a profissão levando em conta o próprio conceito e condição de velhice, sendo que o trabalhador envelhece sobre determinadas condições sociais, econômicas e políticas. Então, os assistentes sociais acabam por se perceber significantes intervencionistas desse segmento populacional realizando respostas de maneira estrategista e que abarcam essa realidade e a sua importância (ALVEZ, 2014 p.126).

“A participação política de assistentes sociais nos espaços de discussão, gestão e controle de políticas públicas para idosos, como as conferências, fóruns e conselhos, tem evidenciado a presença da categoria profissional na luta pelos direitos dos velhos.” (ALVEZ, 2014, p.126).

Pode-se então ser observado que diante de problemáticas sociais que envolvem as pessoas idosas, e dessa forma o Serviço Social se insere nesse ramo enquanto profissão interventiva e investigativa, é que a produção de conhecimento vai crescendo cada vez mais em trabalhos acadêmicos, trazendo abordagens que aprofundam o conhecimento teórico-político que permeia a profissão (ALVEZ, 2014, p.127).

Alves (2014) destaca então algumas considerações a respeito da interlocução entre o Serviço Social e o envelhecimento. A primeira diz respeito à questão em que a profissão ainda não tem uma participação significativa que permeia em direcionamento à da defesa dos dos direitos das pessoas idosas, já que existe uma influência histórica de como foi se difundindo a concepção sobre os velhos e velhas ao longo do século XX e pela Medicina. Nesse contexto, o Serviço Social deve se atentar para o seu diálogo profissional em relação ao tema, para que não falte a sua característica de análise crítica, a qual introduza uma produção de conhecimento mais realista e transformadora. (ALVEZ, 2014, p.127).

A segunda consideração da autora é que a chamada Gerontologia Social foi fonte de estudos sobre o envelhecimento para o Serviço Social, isso por conta dos trabalhos e abordagens de uma vertente a qual pauta um modelo com orientações específicas da velhice. Sendo assim, essa vertente se comporta de forma a ultrapassar viés clínico e dar segmentos de discussão e reflexão à âmbitos sociais e culturais, os quais o Serviço Social se vê em uma posição de importante atuação profissional, já que há auxiliam em uma melhor compreensão que envolvem as pessoas idosas e duas particularidades (ALVEZ, 2014, p.128).

A terceira e última consideração da autora diz respeito à Gerontologia Social Crítica, a qual se alinha com tendências permeadas na luta por garantia de direitos, direcionando assim o Serviço Social em um processo de produção de conhecimento onde existem possibilidades de apreender e compreender a problemática social que se faz presente na classe trabalhadora que envelhece e “que deve ser analisada no contexto de uma sociedade regida pela égide do capital, onde as condições de vida e trabalho repercutem numa condição de velhice pauperizada e adoecida” (ALVEZ, 2014, p.129).

2.2 O Serviço Social frente às questões do envelhecimento, tais como proteção social, cidadania, inclusão social e violação de direitos da pessoa idosa.

Como visto neste presente trabalho, a velhice é parte da existência humana, e é um processo que reflete determinadas situações da vida cotidiana. As pessoas idosas têm necessidades humanas, e que dentro do sistema capitalista se revelam em situações e relações de desigualdade e de hierarquia. “Essa relação se traduz

na subordinação dos trabalhadores aos interesses econômicos e políticos do capital”. (TORRES, 2020, p.48).

“Pode-se dizer que a velhice não é um fenômeno novo, considera-se novo o entendimento sobre os processos de envelhecimento. A análise indica que esses processos são heterogêneos, determinados por: condição de classe das pessoas idosas; contextos social e histórico vivenciados ao longo de sua história de vida; acesso aos serviços das políticas sociais, especialmente, saúde, educação, assistência social, previdência social e moradia; fatores genéticos; acesso à informação; possibilidades de manter as necessidades de subsistência: comer; morar; ter saúde, educação e trabalho; acesso à cultura e ao lazer; entre outros. Essa heterogeneidade expressa as decorrências da desigualdade social, que se revela em insuficiência de renda, precarização da saúde, desgastes decorrentes do trabalho penoso e insalubre, entre outras questões.” (TORRES, 2020, P.48).

O Serviço Social vem se mostrando uma profissão que se preocupa com o processo de envelhecimento e suas questões, e vai se inserindo nesse campo devido a demandas de políticas públicas e sociais. Assim as pessoas idosas se tornam um público referencial dentro da profissão, onde buscam cada vez mais o serviço na busca de obter respostas às suas necessidades. O Serviço Social se direciona em busca da defesa dos direitos humanos e sociais, e se consolida em 3 dimensões: a teórica e metodológica; a ética e política; e a técnica e operativa, as quais dão posicionamento e alicerce à profissão. (TORRES, 2020, p.49-50).

Nesse contexto então, o trabalho do assistente social é encarregado de diversas determinações que subsidiam a sua intervenção profissional, e mesmo que haja direções com objetivos nas políticas públicas e sociais, também há a insuficiência de investimentos em projetos e programas. Isso acarreta em dificuldades de atuação e intervenção, bem como dilemas que colocam em evidência a contradição da profissão. Dessa forma, os profissionais precisam percorrer caminhos de reflexão, críticas e questionamento, para que o exercício profissional seja possível, e isso ocorre a partir das demandas que surgem no ambiente de trabalho, e que acabam sendo pauta para a própria produção de conhecimento do Serviço Social.

“O trabalho nas políticas públicas e sociais caracterizar-se-á também pela relativa autonomia do assistente social, pois, ao vender sua força de trabalho, não tem autonomia para definir nem o seu salário, nem

a sua jornada de trabalho. Na sua atuação cotidiana, o assistente social atenderá tanto as requisições apresentadas pelos contratantes de seu trabalho, como construirá ações que evidenciem as demandas decorrentes das necessidades vivenciadas pelos usuários dos serviços que operam cotidianamente. Explicita-se aí o modo como os assistentes sociais estabelecem mediações entre o cotidiano, as normativas e o ordenamento das políticas e os conhecimentos produzidos na área que subsidiam a construção das respostas interventivas.” (TORRES, 2020, p.52-53)

Pereira (2007) aponta algumas evidências que começaram a introduzir as universidades, e dentro dos cursos, o Serviço Social a se interessar pelo conceito de envelhecimento populacional e de práticas e políticas sociais voltadas para esta questão. A primeira é o que ela chama de agrisalramento demográfico, que representa o envelhecimento como um fenômeno sociopolítico que foi se tornando tão relevante quanto aos assuntos em relação à infância e à adolescência.

A segunda evidência é:

“o surgimento de novas necessidades decorrentes do fenômeno do envelhecimento e das condições estruturais e históricas em que esse fenômeno é produzido, traz a tona o entendimento de que essas necessidades dizem respeito não só a dimensão biológica, mas também psicológica, econômica, social e de cidadania das pessoas idosas” (PEREIRA, 1007, p. 243).

E por fim a terceira, que trata de que o reconhecimento de política e de serviços e dos agentes de proteção social não conseguem mais responder às novas necessidades da população idosa, o que faz necessário revisar o compromisso com essa população tanto por parte do estado quanto da sociedade (PEREIRA, 2007, p. 243).

Nesse contexto, pelo fato de o Serviço Social estar intrinsecamente ligado às políticas públicas e aos direitos sociais, é que ele não pode estar alheio à questão do envelhecimento populacional, até por conta deste ser um fenômeno complexo, que não se dá de maneira isolada estando ligado à questões de saúde, de valores e de comportamentos que não mais estão vinculados à estereótipos antigos. Além

disso, também é importante que o Serviço Social atualize e modifique o seu arsenal analítico e operativo subsidiado para as políticas sociais, que permeiam processos estruturais capazes de mobilizar os executores de políticas, principalmente às políticas voltadas aos mais pobres (PEREIRA, 2007, p. 244).

Potyara Pereira (2007) discorre também sobre prevalecer um tipo de regulação econômica com vistas ao mercado e que dessa forma diminui a participação do estado na garantia de direitos, obtendo assim uma lógica de implementação de políticas que melhor convenham ao mercado. Sendo assim, acaba existindo a flexibilização de empregos e salários, aumento do desemprego e em geral a desproteção social. Dessa forma, o fenômeno do envelhecimento:

“[...] se dá nesse contexto desfavorável à proteção social pública. E, como se não bastasse, se dá também num momento em que a família agora redescoberta como possível absorvedora de riscos criados por esses e outros fenômenos e processos - entre os quais o mal funcionamento do mercado de trabalho - está se reestruturando e não pode assumir cuidados e encargos como acontecia no passado. Pelo contrário, hoje a família também está exigindo maior tratamento analítico e segurança social, pois suas demandas e necessidades também são crescentes.” (PEREIRA, 2007, p. 245).

É preciso também que haja propostas de incorporação do envelhecimento no processo de formação do Serviço Social que sejam capazes de abordar melhor o tema, como a criação de núcleos específicos que tratem do envelhecimento, oferta de cursos da pós-graduação, o tratamento analítico do tema, e etc., na busca de ir contextualizando esse fenômeno nos processos atuais. “[...] quanto mais cedo os cursos de Serviço Social se conscientizarem de seu papel histórico no trato desse processo irreversível, menos problemática será a sua atualização e menos tardia a sua contribuição à sociedade.” (PEREIRA, 2007, p. 252-256).

CAPÍTULO 3

Das Revistas de Serviço Social e a questão do envelhecimento: alguns aspectos metodológicos e resultados

CAPÍTULO 3

3. Das Revistas de Serviço Social e a questão do envelhecimento: alguns aspectos metodológicos e resultados

Para a realização deste capítulo, será feita uma breve análise bibliográfica de caráter qualitativo, abordando alguns volumes de 3 revistas do Serviço Social. As revistas utilizadas aqui serão: Katálysis, Serviço Social & Sociedade e Temporalis. Essas revistas são classificadas pela Qualis Capes em A1 e A2, e serão analisadas na respectiva ordem mencionada.

O procedimento então será feito de forma a realizar um breve levantamento bibliográfico dos artigos encontrados nas revistas, que tenham alguma relação com o tema do envelhecimento e pessoas idosas. Ao final do capítulo também será feito um comparativo em relação a esses artigos, de maneira a analisar os dados encontrados e sistematizá-los de forma geral, buscando assim compreender como está sendo abordada a produção de conhecimento do Serviço Social frente a este tema nas revistas em questão.

Será feita uma tabela de cada revista na função de orientar como foi realizada a pesquisa, para então dar seguimento ao conteúdo dos artigos. A pesquisa foi delimitada abrangendo as produções das revistas do ano de 2011 a 2022, fechando assim 11 anos de análise.

3.1 Katálysis:

ANO	Nº DE ARTIGOS	Nº DE ARTIGOS SOBRE ENVELHECIMENTO E PESSOAS IDOSAS
2011, v. 14, nº 1	13	0
2011, v. 14, nº 2	14	1
2012, v. 15, nº 1	12	0
2012, v. 15, nº 2	11	0
2013, ed. especial	6	0
2013, v. 16, nº 1	11	0
2013, v. 16, nº 2	12	0

2014, v. 17, nº 1	13	1
2014, v. 17, nº 2	11	0
2015, v. 18, nº 1	11	0
2015, v. 18, nº 2	13	0
2016, v. 19, nº 1	14	1
2016, v. 19, nº 2	8	0
2016, v. 19, nº 3	11	0
2017, v. 20, nº 1	12	0
2017, v. 20, nº 2	10	0
2017, v. 20, nº 3	11	0
2018, v. 21, nº 1	17	0
2018, v. 21, nº 2	16	0
2018, v. 21, nº 3	16	0
2019, v. 22, nº 1	17	0
2019, v. 22, nº 2	16	1
2019, v. 22, nº 3	32	0
2020, v. 23, nº 1	17	1
2020, v. 23, nº 2	17	0
2020, v. 23, nº 3	32	0
2021, v. 24, nº 1	25	0
2021, v. 24, nº 2	17	0
2021, v. 24, nº 3	18	0
2022, v. 25, nº 1	16	0
2022, v. 25, nº 2	26	0
2022, v. 25, nº 3	18	0

Na revista Katálysis foram encontrados 5 artigos que têm relação com o tema. O primeiro no ano de 2011, volume 14, nº 2; o segundo no ano de 2014, volume 17,

nº 1; o terceiro no ano de 2016, volume 19, nº 1; o quarto no ano de 2019, volume 22, nº 2; e o 5º no ano de 2020, volume 23, nº 1.

O primeiro artigo, do ano de 2011, com o tema “Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”: o caso das pessoas idosas”, escrito por Maria Irene Lopes B. de Carvalho, aborda a ética do Serviço Social e a questão do princípio da responsabilidade social, analisando essa relação para com a intervenção com pessoas idosas. Primeiramente o ensaio começa retratando que no Serviço Social a ética faz parte de sua própria natureza, que junto de uma responsabilidade social, da solidariedade junto aos sujeitos e no entendimento da existência de direitos individuais e coletivos, seja capaz de proporcionar o bem-estar da população em sua totalidade.

“A intervenção do Serviço Social é orientada tanto por princípios éticos, autonomia e direitos sociais, como por normas deontológicas onde a responsabilidade social, o bem-estar das populações, ganha relevo.” (CARVALHO, 2011, p. 240)

Seguindo essa linha, o artigo selecionou um caso, da experiência de um profissional de Serviço Social, o qual revelou algumas questões em relação às pessoas idosas no aspecto de intervenções. “O caso coloca a questão de se saber se, em determinados contextos de risco social, os profissionais devem actuar segundo os princípios constitucionais de respeito pela autonomia dos sujeitos ou em função de decisões técnicas, quando essa autonomia põe em risco a vida das pessoas e o seu bem-estar.” (CARVALHO, 2011, p. 240).

O texto perpassa pela questão do Serviço Social, da moral e da ética, analisando como ocorre a intervenção desde a sua emergência até os tempos atuais, no entendimento de que antes a moral decorria de princípios e do dever perpassando por valores e normas de conduta social; e que nesse contexto hoje, existe uma formalização da ética através da moral, entendendo que o indivíduo tem liberdade, direitos, deveres e etc.

“Na construção das liberdades e garantias, a ordem moral transforma-se em ética e tem um significado não de prescrição de comportamentos, mas de reflexão sobre os mesmos. A ética não impõe normas,mas questiona o que acontece, é uma análise da atitude face ao ocorrido (factos).” (CARVALHO, 2011, p. 240)

O texto aborda ainda alguns fatores que indicam uma fragilidade social desse grupo populacional, como por exemplo o nível de escolaridade, a situação econômica, o grau de dependência física e emocional, e o próprio círculo de relacionamentos que começa a diminuir com as perdas, seja de cônjuges ou de amizades. Os níveis de informação, de conhecimento, de participação social também são considerados, bem como a questão de gênero, pois os números ainda mostram que mulheres vivem mais que homens.

Também perpassa pela questão dos cuidadores, pois cuidar do idoso, segundo algumas pesquisas retratadas no artigo, acaba por gerar estresse físico e psíquico. Assim, o estresse causado acerca da responsabilidade social pelos idosos gera também casos de violência com esse grupo da população.

“O grupo passou a ser objecto de medidas reguladoras da vida social, como, por exemplo, as reformas, os cuidados, os cuidadores, os equipamentos e os serviços específicos, no âmbito dos recursos sociais institucionais. Mas ligada a esta racionalidade está, por vezes, uma “perda de direitos” de liberdade de escolha e de participação, decorrente de certo paternalismo no cuidado da pessoa idosa. Tomam-se as decisões por ela e não se tem em atenção a sua vontade, liberdade e sentido de responsabilidade. O paternalismo levado ao extremo faz com que o assistente social ou os elementos do grupo familiar decidam sempre pela pessoa idosa, impondo o que é melhor para ela e eliminando os seus direitos individuais.” (CARVALHO, 2011, p. 242)

Por fim, o texto relata o caso de uma idosa e da intervenção profissional de uma assistente social, e coloca em cheque o questionamento principal do artigo e conclui que:

“A ética é dilemática. Significa que não há uma solução óptima, mas várias insuficientes, e dentro delas há que escolher a que provoca menos danos. O profissional poderá reflectir e agir sobre os factos objectivos e subjectivos que causem menos danos às pessoas com quem trabalha.” (CARVALHO, 2011, p. 243)

Nesse sentido, “o exercício profissional com pessoas idosas integra dilemas éticos que urge que o Serviço Social reflecta, pois são cada vez em maior número as pessoas que vivem sós, ou com doenças degenerativas e incapacitantes

que as impedem de exercer os seus direitos: liberdade, autonomia e participação. Cabe aos profissionais debater e aprofundar os melhores princípios a seguir tendo em vista o bem-estar, sobretudo daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou fragilidade social.” (CARVALHO, 2011, p. 243). Dessa forma, o profissional de Serviço Social segue a ética atribuída a profissão, mas sempre tendo que levar vários determinantes em consideração, para assim poder escolher qual a melhor forma de intervir em cada caso, considerando as particularidades envolvidas nas diferentes intervenções.

O segundo artigo, do ano de 2014, com o tema “Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil”, das autoras Maria do Rosário de Fátima de Silva e Maria Carmelita Yazbek, retrata sobre o “processo de constituição e concretização do sistema de proteção social na América Latina, na busca de localizar as medidas específicas adotadas pelo governo brasileiro em relação às demandas e ao atendimento da pessoa idosa”. (SILVA, YAZBEK, 2014, p.102)

“O envelhecimento populacional é uma realidade crescente em todo o mundo e na América latina é celebrado como uma das maiores conquistas da humanidade.” (SILVA, YAZBEK, 2014, p. 105)

Tendo em vista que a população tem envelhecido, é que se faz necessário que hajam maiores esforços que sejam capazes de garantir a proteção social, e destacando a CEPAL (Comissão Econômica Para a América latina e Caribe), que é mencionada no texto, seleciona determinados objetivos, onde sobressaem-se níveis mínimos de qualidade de vida, bem como a construção de sociedade democráticas e inclusivas, que garantam dentro das políticas os direitos universais e os serviços sociais que integram e respaldam a dignidade humana. (SILVA, YAZBEK, 2014, p. 105-106).

O artigo cita que, a preocupação com o processo de envelhecimento ainda é algo recente no Brasil. Nesse sentido, ganhou força com a luta dos idosos pelo reconhecimento de seus direitos, não só como cidadãos, mas em suas particularidades, e foi sendo criadas políticas sociais que visam atender essa parcela da população, como a PNI, a LOAS, o Estatuto do Idoso, e etc, obtendo assim, leis vigentes dentro da Constituição de 1988.

“Fica claro a partir do exposto na PNI e no Estatuto do idoso, que o reconhecimento da condição da pessoa idosa na sociedade brasileira supõe a garantia de esforços que promovam a sua condição plena de cidadania, ou seja, procurar assegurar a sua autonomia, sua integração e participação efetiva na sociedade. Esse movimento de resignificação da velhice põe como exigência o redirecionamento da agenda pública no sentido de buscar por um lado, fortalecer as oportunidades de debate sobre a problemática do envelhecimento e por outro, incorporar medidas efetivas que visem o atendimento de suas necessidades sociais.” (SILVA, YAZBEK, 2014, p. 108)

Nesse contexto, o ensaio finaliza no entendimento que quando o envelhecimento encarado não como problema, e sim com uma vitória da humanidade, as estratégias vão reinserindo as pessoas idosas no papel do Estado na garantia dos seus direitos e na preocupação política, com criação de programa e projetos que cada vez mais visam atender as demandas desse grupo populacional, de forma a qualificar e ressaltar a trajetória da longevidade.

O terceiro artigo, do ano de 2016, com o tema “Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso”, dos/das autores/autoras Helga Cristina Hedler, Marlene de Jesus Silva Santos, Vicente de Paula Faleiros e Maria Aparecida de Araújo Almeida, aborda sobre a representação social desse lugar de cuidado e do cuidador em uma pesquisa que conta com entrevista de quinze idosos, e assim obtêm resultados que respaldam em significados sociais, conflitos, vivências, carinho, sobrecargas e etc.

O texto retrata a realidade do cuidado familiar, explicando que o envelhecimento traz consigo limitações físicas e psíquicas, e que nesse sentido as pessoas idosas podem ou não conseguir realizar uma rotina sem necessitar de algum suporte. Daí então entra o papel do cuidador, que geralmente acaba sendo alguém da família ou então cuidadores informais, já que na maioria dos casos não existe um suporte financeiro, e na maior parte dos casos, esses cuidadores, sendo familiares ou informais são mulheres.

“Na maioria das vezes, quando tem uma pessoa idosa com dependência funcional, a família é obrigada a assumir a tarefa do cuidar, pois não dispõe de recursos financeiros para contratar o cuidador formal, bem como outros aparatos necessários ao cuidado da pessoa idosa. Geralmente quem assume esse papel na família é a mulher, pois, historicamente e pela lógica dos programas sociais de família, o cuidado é delegado à figura feminina.” (HEDLER, SANTOS, FALEIROS, ALMEIDA, 2016, p. 149)

O texto também perpassa brevemente sobre os direitos à Proteção Social da pessoa idosa, citando a cidadania, a dignidade e as leis como a PNI, o Estatuto do Idoso e o modelo da Constituição de 1988 que assegura a Seguridade Social, a qual é dividida em três integrações do sistema brasileiro, a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social.

Na coleta de resultados da pesquisa, vale considerar algumas questões, como o perfil dos cuidadores, que de 15 pessoas, 13 são mulheres, com idade média de 57 anos, com condições de vida semelhantes ao idoso/idosa a ser cuidado/a, baixa escolaridade e não profissionalização, dentre outras. Na maioria das vezes o cuidador assume essa responsabilidade por questões afetivas e/ou por não ter recursos suficientes. Ou seja, foi analisado que os cuidadores usufruem do amor e da compaixão para o cuidar, porém deixam suas próprias vidas para dar lugar apenas a esse papel.

Dessa forma é visto que apesar de já existirem programas, projetos sociais e políticas públicas que buscam atender as demandas das pessoas idosas, ainda é algo muito superficial, e de caráter insuficiente, e isso acaba por respaldar não somente no grupo populacional de pessoas idosas, mas também nas pessoas que fazem parte da vida desse grupo, afetando assim a sociedade como um todo.

O quarto artigo, do ano de 2019, com o tema “O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care”, dos/das autores/autoras Priscila Cerutti, Jandir Pauli, Vanessa Rissi e Paula Gomes, aborda desafios dos cuidadores de idosos a partir de 10 entrevistas com cuidadores de idosos que trabalham no próprio domicílio da pessoa idosa, e dessa análise surgiram quatro principais categorias: “apresenta-se aos cuidadores como necessidade para complementar a renda; é fonte geradora de sofrimento físico e psíquico; os cuidadores criticam a mercantilização do cuidado; e, apontam dificuldades para ajustar relações de intimidade, envolvimento afetivo e remuneração do trabalho.” (CERUTTI, PAULI, RISSI, GOMES, 2019, p. 393)

O texto cita que há uma mercantilização dos serviços dos cuidadores, pois estes trocam seus serviços de afetividade e de moral por um salário. E não por acaso, demonstra a própria ruptura das relações familiares, advindas muitas vezes de relações precárias, e outra pessoa que não a família, acaba por vir a cuidar da pessoa idosa.

“[...] compreender o trabalho dos cuidadores de idosos pode trazer luzes para mostrar como as relações de trabalho estão permeadas por relações de afetividade [...]” (CERUTTI, PAULI, RISSI, GOMES, 2019, p. 395)

Além da mercantilização do trabalho, a pesquisa feita apontou uma grande sobrecarga por parte dos cuidadores, e um viés entre o prazer de cuidador, e o sofrimento decorrido das demandas do trabalho. Nesse contexto observa-se ainda que esse lugar do cuidado é atribuído majoritariamente às mulheres, pois de 10 cuidadores, apenas dois são do sexo masculino. e um último ponto a ser considerado é que, essa é uma profissão muito desvalorizada, o que vem a acarretar ainda mais esse lugar de dor e sofrimento dos cuidadores.

O quinto artigo, do ano de 2020, com o tema “Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista”, da autora Maria Augusta Tavares, visa discutir em vista do neoliberalismo o envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista, na busca do reconhecimento da classe trabalhadora, rompendo com valores burgueses. A autora dispensa maiores explicações do envelhecimento, já que buscou focar nessa relação com o trabalho e o capitalismo.

“A prioridade, portanto, é tomar o envelhecimento como um fenômeno que sofre determinações históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Em sendo assim, o nosso estudo está direcionado ao envelhecimento dos que vivem do trabalho. Para ser breve e sintonizada com o presente, direi que se trata de confrontar uma dupla precarização, pois o trabalhador contemporâneo é, em geral, precarizado, e o envelhecimento, por sua vez, tende ao agravamento dessa precarização, uma vez que o Estado, em lugar de premiar o trabalhador idoso, castiga-o, por tornar-se menos produtivo e pela inevitável inatividade.” (TAVARES, 2020, p. 144)

Por conseguinte, aborda o modo de produção capitalista e o alavancamento do neoliberalismo com razões determinantes para pensar o envelhecimento e a condição do trabalhador que envelhece. Define que a proteção social não está semelhante ao Estado de bem-estar social, e que muitos trabalhadores não terão usufruto da aposentadoria, e que nesse contexto, o tempo de vida e a qualidade de vida são usados como justificativas para aumentar o tempo de trabalho, “o que equivale à supressão da qualidade que parecem ter conquistado.” (TAVARES, 2020, p. 149)

3.2 Serviço Social & Sociedade:

ANO	Nº DE ARTIGOS	Nº DE ARTIGOS SOBRE ENVELHECIMENTO E PESSOAS IDOSAS
2011, nº 105	8	0
2011, nº 106	8	0
2011, nº 107	9	0
2011, nº 108	10	0
2012, nº 109	9	0
2012, nº 110	7	0
2012, nº 111	9	0
2012, nº 112	7	0
2013, nº 113	8	0
2013, nº 114	7	0
2013, nº 115	8	0
2013, nº 116	7	0
2014, nº 117	9	0
2014, nº 118	9	0
2014, nº 119	7	0
2014, nº 120	9	0
2015, nº 121	8	0
2015, nº 122	8	0
2015, nº 123	9	0
2015, nº 124	8	0
2016, nº 125	9	0
2016, nº 126	8	3
2016, nº 127	10	0
2017, nº 128	8	0

2017, nº 129	9	0
2017, nº 130	9	0
2018, nº 131	9	0
2018, nº 132	8	0
2018, nº 133	10	0
2019, nº 134	10	0
2019, nº 135	9	0
2019, nº 136	8	0
2020, nº 137	10	1
2020, nº 138	10	0
2020, nº 139	14	0
2021, nº 140	9	0
2021, nº 141	11	0
2021, nº 142	12	2
2022, nº 143	10	0
2022, nº 144	12	0
2022, nº 145	11	0

Na revista Serviço Social & Sociedade foram encontrados 6 artigos relacionados ao tema. Nesta revista 3 artigos encontrados foram do mesmo ano e mesmo número, sendo este o ano de 2016, nº 126. O quarto artigo foi do ano de 2020, nº 137; e o quinto e sexto artigo no ano de 2021, número 142.

O primeiro artigo, do ano de 2016, com o tema “Envelhecimento e Proteção Social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal”, da autora Maria do Rosário de Fátima e Silva, retrata uma intenção de sintetizar como as produções brasileira, latino-americana e portuguesa abordam os sistemas de proteção e de segurança social, fazendo a interlocução dessas realidades através de documentos, programas e serviços destinado à essa população.

O texto começa abordando a longevidade e as questões que se permeiam em volta disso, e buscando analisar as teorias e produções acerca do

envelhecimento contando com o diálogo dos autores das diferentes realidades em questão, para identificar as medidas direcionadas às pessoas idosas. Demonstra a questão social ligada ao envelhecimento e as medidas de proteção, bem como o envelhecimento e os direitos humanos acerca deste.

Retrata também nesse cenário, questões de gênero e raça, pois o envelhecimento é estrutural e não foge das relações de preconceito, desigualdades e dificuldades que a sociedade como um todo enfrenta. Ou seja, também é necessário atribuir esses fatores à proteção social da pessoa idosa. O artigo coloca então no envelhecimento o eixo de preocupação da agenda pública estatal, destacando instrumentos legais, que defendam direitos e que sejam capazes de garantir as políticas públicas e sociais de proteção. Assim, é preciso entender que as pessoas idosas precisam ser tratadas e vistas enquanto sujeitos políticos de direitos.

O segundo artigo, do ano de 2016, com o tema “Cartografia da oferta pública e privada de serviços dirigidos à população idosa em Portugal”, dos/das autores/autoras Fernanda Daniel, Rosa Monteiro e Jorge Ferreira, problematiza respostas sociais às pessoas idosas em Portugal. “O estudo suporta-se numa pesquisa documental baseada na primeira publicação da Carta Social: Rede de Serviços e Equipamentos (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000) bem como nos dados obtidos no último recenseamento da população portuguesa (2011) e no site da Carta social. Pesquisamos no site as seguintes unidades de análise: “distrito”, “freguesia”, “capacidade” da resposta social, número de “utentes” que frequentam a resposta social, tipo de “resposta social”, “natureza jurídica” e “entidade proprietária.” (DANIEL, MONTEIRO, FERREIRA, 2016, p. 241).

Foram mapeadas cinco respostas sociais referentes à Carta Social mencionada acima: “Centro de Dia”, “Centro de Convívio”, “Serviço de Apoio Domiciliário”, “Centro de Noite” e “Estrutura Residencial para Idosos”. (DANIEL, MONTEIRO, FERREIRA, 2016, p. 242). Foi verificado do estudo que as respostas sociais não são encontradas em todas as freguesias (estados), ou seja, há descoincidências e ausências de respostas, demonstrando uma representação fraca, havendo a necessidade de repensar os serviços e intervenções nas localidades, pois assim haverão respostas sociais.

A questão territorial é um dos desafios do Serviço Social, e assim, “um olhar crítico e vigilante sobre a gestão territorial das respostas sociais para as pessoas

idosas pode beneficiar de cartografias atualizadas e estratégicas como a que se pretende com o estudo aqui apresentado”. (DANIEL, MONTEIRO, FERREIRA, 2016, p. 259).

O terceiro artigo, do ano de 2016, com o tema “Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual”, do autor Marcos Ferreira de Paula, perpassa pela ideia de que antigamente a sabedoria estava ligada à velhice, e que nos tempos modernos, essa ideia se perdeu, principalmente com o avanço do capitalismo. Retrata então que, as pessoas idosas apesar de atualmente viverem mais tempo, vivem em piores condições, de acordo com determinados indicadores sociais. O ensaio aborda ainda dados de suicídio de pessoas idosas no tempos atuais. (DE PAULA, 2016, p. 262)

“O antigo laço que unia velhice e sabedoria parece estar quase completamente desfeito em nossa época. O que quer que seja a sabedoria, há pelo menos uma característica que a define: é a busca da melhor maneira possível de viver. Schopenhauer, por exemplo, dizia que a sabedoria é “a arte de conduzir a vida da maneira mais agradável e feliz possível” (2006, p. 1). Mas os idosos do nosso tempo estão vivendo pior. Eles são atualmente afetados por problemas sociais que praticamente os impedem de vislumbrar, buscar e exercer qualquer forma de sabedoria.” (DE PAULA, 2016, p. 263)

Em relação a questão do suicídio, o autor destaca que “veremos que, embora a relação entre o modo de produção capitalista da vida social e taxas de suicídio na idade avançada seja um problema que ainda carece de muitas pesquisas, não sendo possível estabelecer uma relação causal comprovada entre as duas coisas, há bons indícios de que o contexto de países desenvolvidos favorece atos suicidas, principalmente entre os mais velhos”. Nesse contexto, evidencia-se a contradição, dentro de um sistema procura formas para se viver mais tempo, e por outro lado, o mesmo sistema que faz a pessoa ter um gesto de negar a vida, na própria velhice. (DE PAULA, 2016, p. 278)

O quarto artigo, do ano de 2020, com o tema “Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado”, da autora Solange Maria Teixeira, objetiva apresentar uma perspectiva metodológica, problematizando as análises do envelhecimento e também as demandas do cuidado, em uma sociedade onde há o agravamento do neoliberalismo, que por sua vez reduz a oferta de políticas públicas. Nesse contexto é feito um debate em relação à

centralidade da família e o que isso representa na política social. (TEIXEIRA, 2020, p. 135)

“O envelhecimento não é apenas um processo marcado por diferenças e aparências, mas também por desigualdades sociais. Essas, em uma sociedade de classes e da competição como mola propulsora, marcam a trajetória dos indivíduos e o modo como envelhecem, que se acentuam ainda mais na velhice, tomados como um problema para as políticas públicas, para as novas gerações e para a sociedade, especialmente a dos mais pobres, que não podem comprar os serviços no mercado.” (TEIXEIRA, 2020, p. 144)

A questão do cuidado se mostra um tanto complexa e muito relevante, pois esse lugar é dado à família, visto que, esta teria uma relevância maior, pois garantiria não somente o lugar do cuidado, mas de afeto e emoção. Na visão ligada ao neoliberalismo, o lugar do cuidado que não a família, digamos que, deixaria a desejar, e apenas nos casos em que a família tivesse uma condição financeira melhor, conseguiria pagar cuidadores ou cuidadoras, que também estão sujeitas a negligências e maus-tratos. Dessa forma, a proteção social se faz necessária no âmbito do cuidado, de maneira a repensar tais políticas públicas e sociais. (TEIXEIRA, 2020, p. 151)

O quinto artigo, do ano de 2021, com o tema “O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise”, da autora Silvana Maria Escorsim, aponta a discussão do fenômeno do envelhecimento, resgatando uma revisão bibliográfica com dados sociodemográficos em relação à proteção social, e às políticas públicas, que, de certa maneira possibilitou condições de vida melhores, levando em conta a contrarreforma do neoliberalismo. (ESCORSIM, 2021, p. 427)

“O debate sobre o envelhecimento populacional segue duas grandes vertentes: a primeira considera os avanços científicos e tecnológicos que ampliam a longevidade dentro de um processo natural do ciclo de vida; e uma segunda que o situa nos marcos dos contextos sócio-históricos, políticos e econômicos das sociedades analisadas e, desse modo, desnaturaliza-se a ideia de que o envelhecimento ocorre de modo linear e homogêneo. Este artigo pauta a análise desse fenômeno social a partir da segunda vertente. Ainda mais, considera que o processo de envelhecimento polariza-se nas relações de classe, ou seja, o envelhecimento da classe trabalhadora é profundamente desigual ao da classe burguesa, em se

tratando de uma sociedade capitalista, como é o caso brasileiro.” (ESCORSIM, 2021, p. 428)

Nesse contexto, aponta a Constituição de 1988 como marco legal para a garantia dos direitos das pessoas idosas e seu reconhecimento, destacando a PNI como a primeira legislação, e atribuindo o Estatuto do Idoso enquanto uma grande conquista, significativa e bastante relevante socialmente. Dessa forma, possibilita um melhor reconhecimento da cidadania e efetiva mais ainda do compromisso do Estado de garantir as políticas públicas necessárias (ESCORSIM, 2021, p. 435-436; p. 439)

O sexto artigo, do ano de 2021, com o tema “Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas”, da autora Solange Maria Teixeira, tem por objetivo fazer uma análise do envelhecimento humano, conforme a perspectiva da gerontologia crítica. Dessa forma, o intuito é problematizar essa perspectiva, de maneira a situar os agravamentos e as condições de existência que permeiam as diferentes gerações, bem como isso afetará tanto jovens, quanto velhos, diante da superexploração e do desmonte da proteção social. (TEIXEIRA, 2021, p. 447-449)

“Nessa perspectiva de análise, considera-se o envelhecimento humano heterogêneo, mas não a ponto de ser considerado como uma experiência única, irrepetível, totalmente singular e subjetivista. A partir do método histórico-dialético, essa singularização é apenas o ponto de partida da análise, que representa uma totalidade parcial caótica, a qual esconde uma gama de relações e mediações determinantes que a liga à totalidade social, desvendando suas similitudes com outros casos.” (TEIXEIRA, 2021, p. 453)

Discute também que “receitas gerontológicas” colocam máscaras nas formas de envelhecer, denominando a velhice enquanto pobreza, dependência, vulnerabilidades, dentre outros; ao invés de entender esse processo como uma questão de políticas públicas. (TEIXEIRA, 2021, p. 463). Aponta ainda que há diversos estudos que analisam o envelhecimento apenas numa perspectiva de saúde (biomédica), não levando em conta a realidade social e a singularidade das condições de vida. Assim, faz-se necessário entender que a produção de conhecimento sobre o envelhecimento precisa existir enquanto oposição a essas questões, e a garantir a efetiva consolidação de direitos e de cidadania, bem como a dignidade.

3.3 Temporalis:

ANO	Nº DE ARTIGOS	Nº DE ARTIGOS SOBRE ENVELHECIMENTO E PESSOAS IDOSAS
2011, v. 11, nº 21	8	0
2011, v. 11, nº 22	17	0
2012, v. 12, nº 23	9	0
2012, v. 12, nº 24	15	0
2013, v. 13, nº 25	11	0
2013, v. 13, nº 26	7	0
2014, v. 14, nº 27	10	0
2014, v. 14, nº 28	13	2
2015, v. 15, nº 29	14	0
2015, v. 15, nº 30	20	0
2016, v. 16, nº 31	14	0
2016, v. 16, nº 32	15	0
2017, v. 17, nº 33	10	1
2017, v. 17, nº 34	23	0
2018, v. 18, nº 35	20	1
2018, v. 18, nº 36	24	0
2019, v. 19, nº 37	14	0
2019, v. 19, nº 38	14	0
2020, v. 20, nº 39	25	1
2020, v. 20, nº 40	21	0
2021, v. 21, nº 41	26	0
2021, v. 21, nº 42	22	1
2022, v. 22, nº 43	15	0

Na revista *Temporalis* foram encontrados 6 artigos relacionados ao tema. O primeiro e o segundo no ano de 2014, volume 15, nº 28; o terceiro no ano de 2017, volume 17, nº 33; o quarto no ano de 2018, volume 18, nº 35; o quinto no ano de 2020, volume 20, nº 39; e o sexto no ano de 2021, volume 21, nº 42.

O primeiro artigo, do ano de 2014, com o tema "A participação em espaços coletivos e a autonomia dos idosos", das autoras Rosane Bernadete Brochier Krist e Leonia Capaverde Bulla, "discute uma pesquisa que teve como objetivo analisar a participação de idosos em grupos de convivência e sua contribuição à garantia de seus direitos e de sua autonomia." (KRIST, BULLA, 2014, p. 151)

O texto perpassa pela questão do aumento não só da população idosa, mas também das expectativas de vidas das mesmas, abordando nesse contexto a exigência na reformulação de políticas públicas de maneira que apresentem soluções para os desafios enfrentados por essas pessoas de maneira suficiente e eficiente. (KRIST, BULLA, 2014, p. 153 A participação social, a autonomia e a garantia de direitos são os objetos principais de discussão. Foram analisados grupos de idosos vinculados à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, obtendo uma coleta de dados.

"Constatou-se que a participação dos idosos nos grupos analisados lhes oportuniza inúmeros benefícios e contribui para a realização de processos coletivos que estimulam o exercício pleno da cidadania, garantindo sua autonomia e a melhoria de sua qualidade de vida." (KRIST, BULLA, 2014, p. 152)

O texto conclui com o fato de que a questão da saúde é primordial na qualidade de vida das pessoas idosas, bem como as condições das diferentes experiências de vida dessa população, que envolvem classe social e fatores de gênero, formação, participação social, nível de autonomia, situação socioeconômica, bagagem cultural, relações familiares e sociais, aposentadoria e etc. (KRIST, BULLA, 2014, p. 167-168). Assim, o envelhecer envolve experiências subjetivas, e que suas demandas necessitam ser atendidas com qualidade, dignidade dentro de suas particularidades não só como grupo de pessoas idosas, mas enquanto próprios sujeitos de direitos.

O segundo artigo, do ano de 2014, com o tema "Homossexualidade: Sexualidade no envelhecimento", das autoras Alessandra Rocha Arrais, Andreia Aparecida Lima e Kelly Cristina Santiago, retrata que a homossexualidade é um

assunto de difícil compreensão, mas também bastante relevante. Na velhice esse assunto torna-se ainda mais complexo, por si mesmo e ainda por todo o resto de elementos que perpassam o processo de envelhecimento. (ARRAIS, LIMA, SANTIAGO, 2014, p. 221)

"O objetivo deste estudo é entender a homossexualidade e a velhice em conjunto com os medos e conflitos que essas duas vertentes trazem para o ser que envelhece. Trata-se de um estudo de caso de um adulto de 40 anos do gênero masculino, assumidamente homossexual, que relatou através de uma entrevista seus temores quanto ao processo de envelhecimento, bem como a relação entre homossexualidade e velhice." (ARRAIS, LIMA, SANTIAGO, 2014, p. 221-222)

O texto perpassa pela questão da sexualidade, apontando os preconceitos que se permeiam acerca do envelhecimento, onde as crenças acabam reforçando que a atividade sexual por não adquirir mais um caráter de procriação, perderia o sentido. A sexualidade no entanto não representa apenas a vida sexual, mas também os segmentos das relações pessoais, como a afetividade, o carinho, boas conversas, e nesse sentido a sexualidade pode ser vivida de forma intensa para quem envelhece, e se faz necessário resgatar o direito a uma vida sexual, envolvendo todos os âmbitos das relações pessoais. (ARRAIS, LIMA, SANTIAGO, 2014, p. 223-224)

Nesse contexto o objetivo geral do estudo foi justamente entender os medos e conflitos que, no caso, a homossexualidade tráz para a pessoa que envelhece. (ARRAIS, LIMA, SANTIAGO, 2014, p. 224). Outro ponto definido, foi de que expressar a homossexualidade na velhice pode ter um caráter de facilidade, no sentido de que, a pessoa idosa por, de certa forma, já ter feito o seu papel na sociedade durante o decorrer de sua vida jovem e adulta, encarar esse fator no envelhecer pode ser mais "leve". Conclui-se também que as pessoas idosas homossexuais passam pelos mesmo desafios das pessoas idosas heterossexuais, porém a sexualidade ainda entra como um viés a mais na vida dessas pessoas.

O terceiro artigo, do ano de 2017, com o tema "Significados da velhice para quem envelhece", das autoras Angela Roberta Lucas Leite e Maria do Socorro Sousa de Araújo, tem a finalidade de destacar as concepções da velhice, e a partir de entrevistas feita com 14 (quatorze) pessoas idosas "do Programa de Ação

Integrada para o Aposentado (PAI), em São Luís (MA)" na busca de alguns resultados, os quais foram apontados "que as concepções de velhice são acionadas a partir de critérios cronológico, biológico, psicológico, subjetivo e socioculturais." (LEITE, ARAÚJO, 2017, p. 193)

O texto aborda o crescimento populacional, e que as discussões vão se ampliando em torno disso, assim como os projetos e programas sociais. Demonstrando que esse crescimento afeta a sociedade em sua totalidade, desde a vida familiar, o trabalho, a saúde, até questões de gênero, pobreza e solidariedade. É também apontado no artigo a questão da estigmatização de maneira negativo do envelhecer, como se fosse um fardo para a sociedade, e nesse sentido, não seria os termos usados (velho/velha, idoso/idoso) que mudariam essa perspectiva, e sim uma organização política e estrutural que possibilite uma nova identidade, visando romper essas estigmatizações. (LEITE, ARAÚJO, 2017, p. 195)

"Destacamos que o reconhecimento de si, da sua condição de velho, já é o primeiro passo para desnaturalizar essas ideias preconcebidas e estigmatizadas acerca da velhice. Não existe defeito em ser o que é, ser velho é uma forma de empoderamento, de resistência às mudanças impostas pela sociedade arraigada por concepções pejorativas e preconceituosas." (LEITE, ARAÚJO, 2017, p. 202)

Foi analisado nas entrevistas que as concepções de velhice tiveram caráter tanto positivos quanto negativos, a depender da estrutura de vida das pessoas idosas e das condições em que vivem. Os dados analisados representam então que existe um processo relacionado às pesquisas com pessoas idosas, na busca de contribuir e ressignificar não somente o conceito de velhice, mas também das

O quarto artigo, do ano de 2018, com o tema "Envelhecimento e velhice: Protagonismo, temporalidade e desafios", dos/das autores/autoras Karine Kátia Iria Luiz, Maria das Dôres Saraiva de Loreto, Simone Caldas Tavares Mafra e Marco Aurélio Marques Ferreira, retrata dos significados do envelhecimento, indicando assim que é um processo natural da vida, e buscando aprofundar algumas concepções que cercam as pessoas idosas. Destaca-se então os desafios que surgem nessa etapa da vida, bem como o protagonismo dessas pessoas na sociedade, e analisando assim o contexto de vida em suas particularidades e experiências. (LUIZ, LORETO, MAFRA, FERREIRA, 2018, p. 289)

Destaca que o envelhecimento é uma realidade na sociedade brasileira, e que o seu crescimento respalda nas relações sociais de maneira geral. Assim, também é relatado a questão da saúde, como um pressuposto de que, se a pessoa idosa tem níveis básicos de saúde, consegue ter uma vida ativa nesse processo de envelhecer. Refere-se que com a Constituição de 1988, a velhice passa a ser tratada de maneira diferente, entendendo que são sujeitos que têm direitos específicos e nesse sentido, necessitam das políticas públicas e sociais, obtendo leis que visam atender essa população. (LUIZ, LORETO, MAFRA, FERREIRA, 2018, p. 290)

"A boa velhice, como deixaram a entender, não acontece naturalmente e demanda iniciativas, por parte dos idosos, como ter uma boa alimentação, seguir recomendações médicas, fazer coisas que trazem satisfação e gostar de si mesmos. Trata-se, então, de um desafio, uma vez que, além da iniciativa pessoal, deve-se considerar a realidade socioeconômica, ambiental e relacional do indivíduo." (LUIZ, LORETO, MAFRA, FERREIRA, 2018, p.296)

O texto também aborda a questão da representação social desse grupo populacional, e que esta por sua vez permite entender o significado na velhice e do envelhecimento, ressaltando ainda o conceito de vida, considerando a naturalidade do processo de envelhecer, e o conceito de saúde, alegando que é um elemento fundamental de uma vida ativa. (LUIZ, LORETO, MAFRA, FERREIRA, 2018, p. 301) políticas públicas e dos programas sociais, no objetivo de valorizar a velhice e o envelhecimento. (LEITE, ARAÚJO, 2017, p. 202)

O quinto artigo, do ano de 2020, com o tema "O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: Entre o social e o econômico", das autoras Milena da Silva Santos e Michelli Barbosa do Nascimento, tem por objetivo "evidenciar os aspectos sociais e econômicos do processo do envelhecimento, tanto no trato da pessoa idosa pela sociedade e pelo Estado quanto no potencial mercadológico pelo sistema econômico." Fazendo assim uma reflexão do processo de envelhecimento no capitalismo e como, justamente na contradição da exploração do trabalho e ao mesmo tempo das conquistas já alcançadas por essa população. (SANTOS, NASCIMENTO, 2020, p. 163)

O texto destaca as conquistas e os avanços que a população idosa alcançou através de políticas públicas e sociais, exemplificando com a

Constituição de 1988, a Política Nacional do Idoso (PNI) e etc. Conclui assim, que, à medida que vão surgindo novas demandas desse público em questão, as respostas vão surgindo no âmbito de políticas públicas, porém essa garantia dos direitos nem sempre é efetiva, já que o próprio sistema capitalista se desresponsabiliza em relação à intervenção no campo social. Ou seja, mesmo que já existam muitos avanços para a garantia de direitos das pessoas idosas, esses direitos são ao mesmo tempo ameaçados na medida em que o neoliberalismo ganha força. (SANTOS, NASCIMENTO, 2020, p. 171-174)

O sexto artigo, do ano de 2021, com o tema: Crise e Questão Social: Rebatimentos para infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos", dos/das autores/autoras Giovane Antonio Scherer, Hingridy Fassarella Caliar, Juliana Batituta Vale, Márcia Campos Eurico, Nanci Soares e Solange Teixeira, retrata a crise e a questão social em um tópico específico de envelhecimento. O texto coloca em questão a relação de desigualdade social de classe, gênero e etc. que envolve o envelhecimento, demonstrando a estrutura das relações sociais, bem como a luta de classes dentro de políticas públicas e sociais.

“As políticas de seguridade social, dentre elas a de previdência social, emerge de um movimento de lutas de classes e de estudos sobre os riscos sociais, em especial, na velhice, compreendendo-a hegemonicamente pelos modelos biomédicos de que o envelhecimento é sinônimo de viver muito, de declínio orgânico, fisiológico e biológico, decadência que impede a continuidade do trabalho devendo as pessoas idosas ser protegidos pela sociedade e Estado, via políticas públicas. Embora esta perspectiva teórica tenha contribuído para dar visibilidade ao envelhecimento, para sua inserção na cena pública, ela mascarou ao generalizar que o envelhecimento era um problema social pelo aumento do número de idosos/as, de suas demandas e necessidades sociais, pelo declínio físico, restrições nos papéis sociais, isolamento e solidão, dentre outros.” (SCHERER, CALIARI, VALE, EURICO, SOARES, TEIXEIRA, 2021, p. 329)

Nesse sentido, se faz necessário enxergar a perspectiva da totalidade social para fortalecer a gerontologia social no processo de conhecimento do envelhecimento, e assim, obter referências não somente para o trabalho profissional e para a profissão do Serviço Social, mas sim ampliando o campo da ciência, na

compreensão de que existe a luta pelo envelhecimento com dignidade. (SHERER, CALIARI, VALE, EURICO, SOARES, TEIXEIRA, 2021, p. 330)

3.4: Balanço geral dos temas encontrados:

O objetivo aqui é entender quais temas foram encontrados nos periódicos do Serviço Social, de que maneiras esses temas estão sendo abordados. Por fim, levar em conta se algum tema ou conceito de relevância para o presente trabalho não foi encontrado. Dessa forma então, temos o princípio da responsabilidade social como o ponto de partida dos temas, a qual aborda questões de moral e ética, e de intervenções do Serviço Social, destacando os dilemas éticos que permeiam a vida profissional dessa categoria.

Outro tema que foi bastante mencionado em vários artigos foi em relação a proteção social e a garantia de direitos, destacando principalmente as conquistas, como as legislações vigentes na Constituição de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do idoso. Dessa forma amplia o debate acerca não somente do reconhecimento de direitos a partir de políticas públicas e sociais, mas também o entendimento de que as pessoas idosas são sujeitas de direitos e de uma vida digna. Assim, mesmo que as políticas públicas sejam ainda insuficientes, vemos que existe sim um arcabouço teórico que vem retratando e trazendo cada vez mais essas discussões nas referências bibliográficas do Serviço Social.

A representação social do cuidado e do cuidador também foi um tema encontrado em mais de um artigo, e de fato, é um fator de grande relevância, até porque coloca em xeque não só o lugar da família enquanto principal cuidadora, mas também justamente a insuficiência dos mecanismo de proteção social, nesse contexto do cuidado. Isso evidencia que a família cuidaria melhor por ter afetividade, intimidade e etc., mas não retrata que o cuidado precisa ser na verdade encarado na perspectiva de políticas públicas. Um ponto de destaque aqui é a questão de gênero, tanto do lugar do cuidador, que em sua maioria são mulheres, como do cuidado, levando em consideração de acordo com os dados, que as mulheres ainda vivem mais tempo do que os homens.

Alguns temas encontrados não são tão relevantes para este trabalho, por se tratar de falar sobre outro país, porém, é importante destacar que questões que permeiam o Serviço Social brasileiro, também é encontrado nessa profissão de

outras regiões, principalmente em relação às contradições e aos desafios que é colocado ao profissional de Serviço Social.

A sabedoria também foi um conceito abordado, e a relevância disso é algo que facilita a compreensão de alguns aspectos, entendendo o fato de que antes a sabedoria era atribuída a velhice, e que nos tempos atuais onde a sociedade vive mais tempo, a sabedoria já não tem mais esse vínculo. Em contrapartida, hoje, as pessoas apesar de viverem mais tempo, vivem de forma pior, retratando assim o neoliberalismo enquanto propulsor do retrocesso de políticas públicas de proteção social, respaldando assim a impossibilidade não somente de sabedoria, mas de ressignificar o processo de envelhecimento na sociedade capitalista.

A questão do envelhecimento sendo retratado dentro do capitalismo, destacando os avanços neoliberais também foram bem retratados em alguns artigos, passando pelas questões da insuficiência das políticas públicas e as próprias tentativas de desmonte das mesmas. Isso ganhou forte destaque aqui, pois entendemos que a profissão do assistente social é repleta de contradições devido à sua própria intervenção social, que é feita através do Estado (capitalista), mas pensando no direito dos sujeitos; demonstrando assim os desafios acerca da profissão, e a importância de dar forças às discussões e aos debates, neste caso em questão, o envelhecimento.

A participação social e a autonomia das pessoas idosas foi mais um ponto, demonstrando a importância desses na efetivação da garantia de direitos e de dignidade, onde o destaque é justamente a questão da saúde, enquanto propulsora de uma vida ativa, mas também as relações sociais e à ressignificação do conceito de envelhecer, ultrapassando os conceitos estigmatizados negativos e dando lugar a enaltecer o processo da velhice, bem como poder encontrar novos sentidos nesta etapa da vida.

Em um artigo foi encontrado o tema da sexualidade no envelhecimento, com enfoque na homossexualidade. A relevância e importância que esse tema trouxe foi uma forma de ressignificação do envelhecimento, pois demonstra que as pessoas idosas conseguem mostrar seus reais interesses nessa altura da vida, pois já não se importam mais tanto com padrões societários ultrapassados. Porém, essas pessoas sofrem também os preconceitos não só pela sua sexualidade, mas também pelo próprio processo de envelhecimento. Destaca-se ainda o preconceito acerca da sexualidade, de que com a perda da capacidade de procriação, a vida sexual perde

o sentido, respaldando em mais uma forma preconceituosa de pensar as relações interpessoais, sociais e sexuais, que não precisam perder o seu sentido só porque a pessoa está envelhecendo, até porque as pessoas idosas precisam não somente encontrar novas formas de sentido para a vida, mas de ter relações que a façam sentir-se bem, e de ter uma vida com qualidade e felicidade.

De forma geral, os temas analisados tiveram uma relevância muito interessante para este trabalho, com destaques e conceitos bem definidos e que foram resgatados na fase inicial, respaldando no fato de que o levantamento bibliográfico, juntamente com os temas dos artigos obtêm uma comunicação muito similar. Porém destaca-se alguns temas que não foram encontrados de forma específica, e apenas citados de forma superficial em alguns artigos; que foi a questão da violência contra as pessoas idosas e a questão dos preconceitos em torno do racismo no processo do envelhecimento. Esses temas também se fizeram relevantes para o trabalho em um primeiro momento, porém não foram encontrados nos artigos na forma de discussão, debate e levantamento de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste trabalho foi possível observar o conceito de envelhecimento e o significado disso para a sociedade e principalmente para o Serviço Social.

Ao analisar as contribuições do Serviço Social em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas a partir da inter-relação dessa temática e como ela tem sido abordado nas produções científicas do Serviço Social, (Katálisis, Serviço Social & Sociedade e Temporalis); foi possível perceber que o Serviço Social é uma profissão que visa promover e garantir direitos por meio de políticas públicas e sociais, e também nesse sentido trabalha com populações vulneráveis, como é o caso da população idosa.

Ademais a discussão acerca do tema no âmbito dessa profissão foi razoavelmente diversificado e destacando os dilemas éticos que permeia a vida profissional dessa categoria: garantia de direitos, representação social do cuidado e do cuidador, sabedoria atribuída a velhice, o envelhecimento dentro do capitalismo e do neoliberalismo, participação e autonomia das pessoas idosas, a questão da sexualidade no envelhecimento, dentre outros.

Assim o intuito deste trabalho que era entender, de fato, como determinados periódicos do Serviço Social estão abordando esse tema e quais são as suas contribuições nesse sentido foi alcançado, mas tendo a dimensão de que esse estudo foi apenas uma primeira aproximação a esse tipo de estudo. De forma geral, recomenda-se aqui a relevância e a necessidade de realizar outros estudos como esse e de se realizar outros levantamentos bibliográficos para que essa comunicação e debate sobre a importância de discutir o envelhecimento e o Serviço Social, se faça ainda mais presentes nos debates de Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ONU, **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**, 2002 / Organização das P712a Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ONU, **Assembléia Geral das Nações Unidas (resolução 37/51)**, Organização das Nações Unidas, 1982.

PESSOA, Izabel. **O envelhecimento na agenda da política social brasileira: avanços e limitações**. Brasília, 2009.

OMS, **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Organização Mundial de Saúde, 2015.

CAMARANO, Ana Amélia. **MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA**. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Edneia; CORTE, Beltrina. **O impacto do empobrecimento na velhice**. Revista SER SOCIAL, nº 21, p. 219-240. Brasília, 2007.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **Envelhecimento e Proteção Social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal**. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 26, p. 215-234. São Paulo, 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**. Lei 8.842, 1994.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. Ministério da Saúde, 3ª edição, 2ª reimpressão, Lei 10.741, 2013.

BERZINS, Marília Anselmo; GIACOMIN, Karla Cristina; CAMARANO, Ana Amélia. **A assistência social na política nacional do idoso**. Política Nacional do Idoso: novas e velhas questões, Capítulo 3. Rio de Janeiro, Ipea, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia, FERNANDES, Daniele. **A previdência social brasileira**. Política Nacional do Idoso: novas e velhas questões, Capítulo 10. Rio de Janeiro, Ipea, 2016.

ALVEZ, Suéllen Bezerra. **SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: estudo dos fundamentos teórico políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil**. Recife, 2014.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **O trabalho do assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate.** Serviço Social e envelhecimento / organizadora, Solange Maria Teixeira. – Teresina: EDUFPI, 2020.

PEREIRA, Potyara. **Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional.** Revista SER SOCIAL, nº 21, p. 242-247. Brasília, 2007.

CARVALHO, Maria Irene. **Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”: o caso das pessoas idosas.** Revista Katálysis, vol 14, nº 2. Florianópolis, 2011.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima; YAZBEK, Maria Carmelita. **Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil.** Revista Katálysis, vol 17, nº 1. Florianópolis, 2014.

HEDLER, Helga Cristina; SANTOS, Marlene de Jesus Silva; FALEIROS, Vicente de Paula; ALMEIDA, Maria Aparecida de Araújo. **Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso.** Revista Katálysis, vol 19, nº 1. Florianópolis, 2016.

CERUTTI, Priscila; PAULI, Jandir; RISSI, Vanesa; GOMES, Paula. **O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care.** Revista Katálysis, vol 22, nº 2. Florianópolis, 2019.

TAVARES, Maria Augusta. **Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista.** Revista Katálysis, vol 23, nº 1. Florianópolis, 2020.

DANIEL, Fernanda; MONTEIRO, Rosa; FERREIRA, Jorge. **Cartografia da oferta pública e privada de serviços dirigidos à população idosa em Portugal.** Revista Serviço Social & Sociedade, nº 126. São Paulo, 2016.

DE PAULA, Marcos Ferreira. **Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade de sabedoria no capitalismo atual.** Revista Serviço Social & Sociedade, nº 126. São Paulo, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento, família e políticas públicas.** Revista Serviço Social & Sociedade, nº 137. São Paulo, 2020.

ESCORSIM, Silvana Maria. **O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise.** Revista Serviço Social & Sociedade, nº 142. São Paulo, 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas.** Revista Serviço Social & Sociedade, nº 142. São Paulo, 2021.

KRIST, Rosane Bernadete Brochier; BULLA, Leonia Capaverde. **A participação em espaços coletivos.** Revista Temporalis, vol 15, nº 28. Brasília, 2014.

ARRAIS, Alessandra Rocha; LIMA, Andreia Aparecida; SANTIAGO, Kelly Cristina. **Homossexualidade: Sexualidade no envelhecimento.** Revista Temporalis, vol 15, nº 28. Brasília, 2014.

LEITE, Angela Roberta Lucas; DE ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa. **Significados da velhice para quem envelhece.** Revista Temporalis, vol 17, nº 33. Brasília, 2017.

LUIZ, Karine Katia Iria; LORETO, Maria das Dores Saraiva; MAFRA, Simone Caldas Tavares; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Envelhecimento e velhice: Protagonismo, temporalidade e desafios.** Revista Temporalis, vol 18, nº 35. Brasília, 2018.

SANTOS, Milena da Silva; NASCIMENTO, Michelli Barbosa. **O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: Entre o social e o econômico.** Revista Temporalis, vol 20, nº 39. Brasília, 2020.

SCHERER, Giovane Antonio; CALIARI, Hingridy Fassarella; VALE, Juliana Batituta; EURICO, Márcia Campos; SOARES, Nanci; TEIXEIRA, Solange. **Crise e Questão Social: Rebatimentos para infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos.** Revista Temporalis, vol 21, nº 42. Brasília, 2021.

ANEXOS:

Tabelas instrumentais para coleta de dados acerca do tema.

Katálysis:

Nome da Revista	Katálysis	Katálysis	Katálysis	Katálysis	Katálysis
Nome do texto	Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”; o caso das pessoas idosas.	Proteção Social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil.	Representação Social dos cuidados e do cuidador familiar do idoso: debate necessário.	O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care.	Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista.
Nome/Área de Conhecimento dos Pesquisadores	Maria Irene Lopes B. de Carvalho (Serviço Social Social).	Maria do Rosário de Fátima (Serviço Social)/ Maria Carmelita Yasbek (Serviço Social).	Helga Cristina Helder (Serviço Social)/ Vicente de Paula Faleiros (Psicologia) / Marlene de Jesus Silva Santo (Serviço Social)/ Maria Aparecida de Araújo (Serviço Social).	Priscilla Cerutti (Administração)/ Jandir Pauli (Administração)/ Vanessa Rissi (Psicologia) / Paula Gomes (Administração).	Maria Augusta Tavares (Serviço Social).
Mestrado/ Doutorado	Doutora.	Doutora/ Doutora.	Doutora/ Doutor/ Mestre/ Graduada.	Mestre/ Doutor/ Doutora/ Mestre.	Doutora.
Gênero	Feminino.	Feminino.	Ambos.	Ambos.	Feminino.

Tema da Revista	Ética e Direitos Humanos.	Estado e Política Social na América Latina.	Juventude.	Conflitos Sociais, ideologia, cultura e Serviço Social.	Serviço Social: formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas.
------------------------	---------------------------	---	------------	---	---

Serviço Social & Sociedad:

Nome da Revista	Serviço Social & Sociedade.	Serviço Social & Sociedade.	Serviço Social & Sociedade.	Serviço Social & Sociedade.	Serviço Social & Sociedade.	Serviço Social & Sociedade.
Nome do texto	Envelhecimento e Proteção Social: abordagens entre Brasil, América Latina e Portugal.	Mapeamento das ofertas públicas e privadas de serviços para idosos em Portugal.	Os idosos de nossa época e a impossibilidade e sabedoria no capitalismo contemporâneo.	Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado.	O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise.	Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas.
Nome/Área de Conhecimento dos Pesquisadores	Maria do Rosário de Fátima (Serviço Social).	Fernanda Daniel (Psicóloga)/ Rosa Monteiro (Ciências Sociais)/ Jorge Ferreira (Serviço Social).	Marcos Ferreira de Paula (Serviço Social).	Solange Maria Teixeira (Serviço Social).	Silvana Maria Escorsim (Serviço Social).	Solange Maria Teixeira (Serviço Social).
Mestrado/Doutorado	Doutora.	Doutora/Doutora/Doutor.	Doutor.	Pós-Doutora.	Doutora.	Pós-Doutora.

Gênero	Feminino.	Ambos.	Masculino	Feminino.	Feminino.	Feminino.
Tema da Revista	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.

Temporalis:

Nome da Revista	Temporalis	Temporalis	Temporalis	Temporalis	Temporalis	Temporalis
Nome do texto	A participação em espaços coletivos e a autonomia dos idosos.	Homossexualidade : Sexualidade no Envelhecimento.	Significados da velhice para quem envelhece.	Envelhecimento e velhice: Protagonismo, Temporalidade e Desafios.	O envelhecimento populacional na sociedade capitalista : Entre o social e o econômico.	Crise e Questão Social: Rebatimentos para infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos.
Nome/Área de Conhecimento dos Pesquisadores	Rosane Bernardete Brochier Kist (Assistent e Social) / Leonia Capaverde Bulla (Assistent e Social).	Alessandra Rocha Arrais (Psicóloga)/ Andreia Aparecida Lima (Fisioterapia)/ Kelly Cristina Santiago (Fisioterapia e Gerontologia).	Ângela Roberta Lucas Leite (Hoteleira e Pesquisadora)/ Maria do Socorro Sousa de Araújo (Assistent e Social).	Karine Kátia Iria Luiz (Economista Doméstico)/ Maria das Dôres Saraiva de Loreto (Economista doméstico)/ Simone Caldas Tavares Maфра (Economista doméstico)/ Marco Aurélio	Milena da Silva Santos e Michelli Barbosa do Nascimento.	Giovane Antonio Scherer (Serviço Social)/ Hingridy Fassarella Caliarì (Serviço Social)/ Juliana Batituta Vale (Serviço Social)/ Márcia Campos Eurico (Serviço Social)/ Nanci Soares (Serviço Social)/

				Marques Ferreira (Administrador).		Solange Teixeira (Serviço Social).
Mestrado/Doutorado	Doutora/Mestre.	Doutora/Acadêmica/ Mestre.	Mestre/Doutora.	Doutora/Doutora/Doutora/Pós-doc.	Mestre/Mestre.	Doutor/Doutora/Doutora/Doutora/Pós-Doutora/Pós-Doutora.
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Ambos	Feminino	Ambos
Tema da Revista	SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES	SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES	20 ANOS DE DIRETIZES CURRICULARES, 70 DE ABEPS E 80 DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFSSIONAL: REAFIRMANDO AS DIRETIZES CURRICULARES DA	A CONTRUÇÃO DE UM PROJETO CLASSISTA DE EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA E TENDÊNCIAS.	CRISE CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E DIRETIZES CURRICULARES.

			ABEPS S			
--	--	--	------------	--	--	--